

JOÃO RIBEIRO E UM MUSEU-CASA EM SERGIPE

Tayara Barreto de Souza Celestino



Criação Editora

JOÃO RIBEIRO E UM
MUSEU-CASA EM SERGIPE

Autora

Tayara Barreto de Souza Celestino

ISBN

978-85-60102-44-0

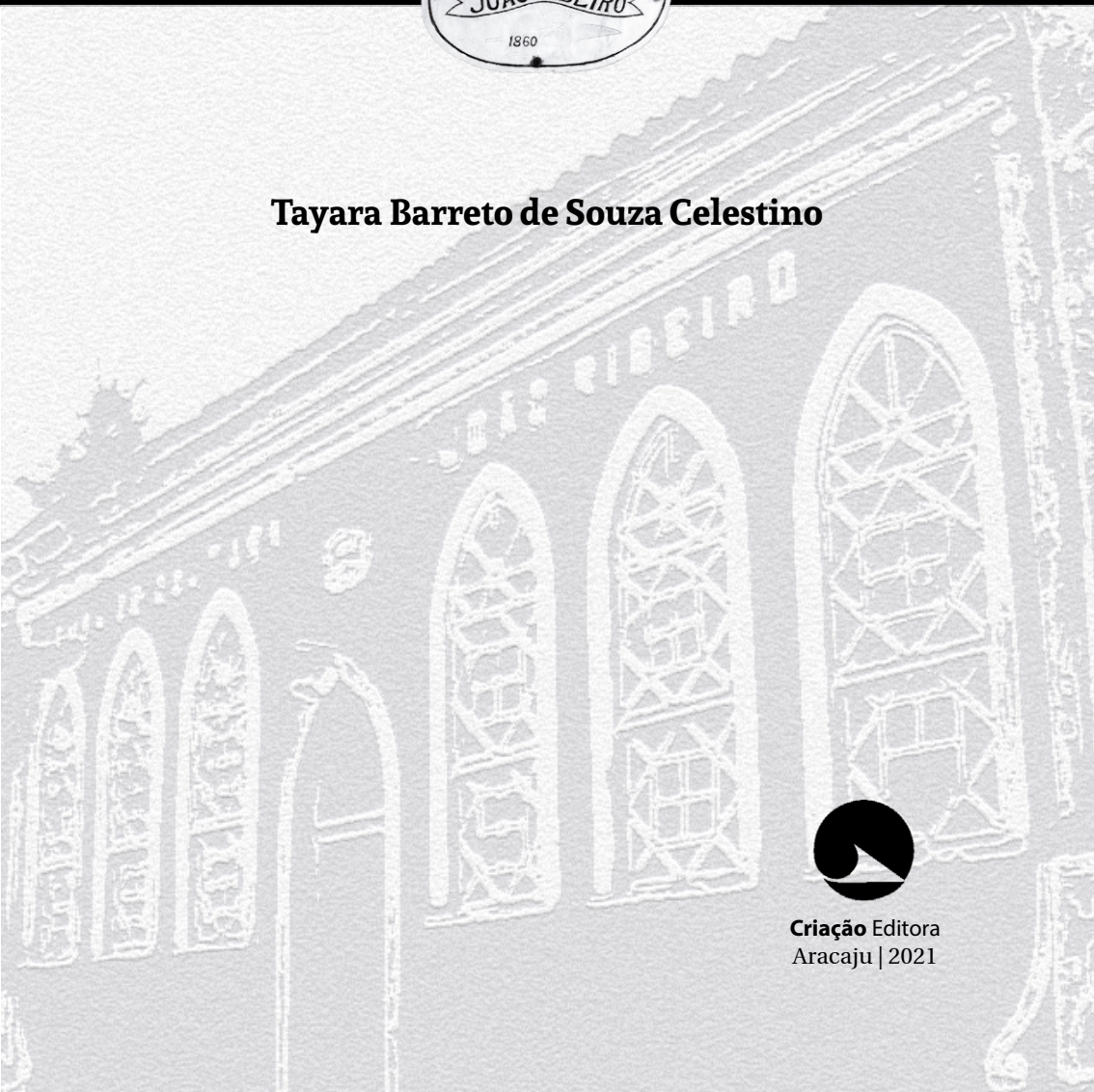
**EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

JOÃO RIBEIRO E UM MUSEU-CASA EM SERGIPE



Tayara Barreto de Souza Celestino



Criação Editora
Aracaju | 2021

Copyright 2021 by Tayara Barreto de Souza Celestino

Todos os direitos reservados - Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei em vigência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Este é um projeto apoiado pelo Edital de Premiação de Artes Visuais e Literatura, proposto pelo Governo de Sergipe, através da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe – FUNCAP, com recursos da Lei Aldir Blanc.

Projeto gráfico: Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

C392j Celestino, Tayara Barreto de Souza.
 João Ribeiro e um Museu-Casa em Sergipe / Tayara Barreto de
 Souza Celestino; Prefácio de Uilder Celestino. -- 1. ed. – Aracaju,
 SE : Criação Editora, 2021.
 120 p.; il.; tabs.; quadros; fotografias; 15 x 21 cm
 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-85-60102-44-0

1. Cultura. 2. João Ribeiro. 3. Museologia. 4. Sergipe.
I. Título. II. Assunto. III. Celestino, Tayara Barreto de Souza.

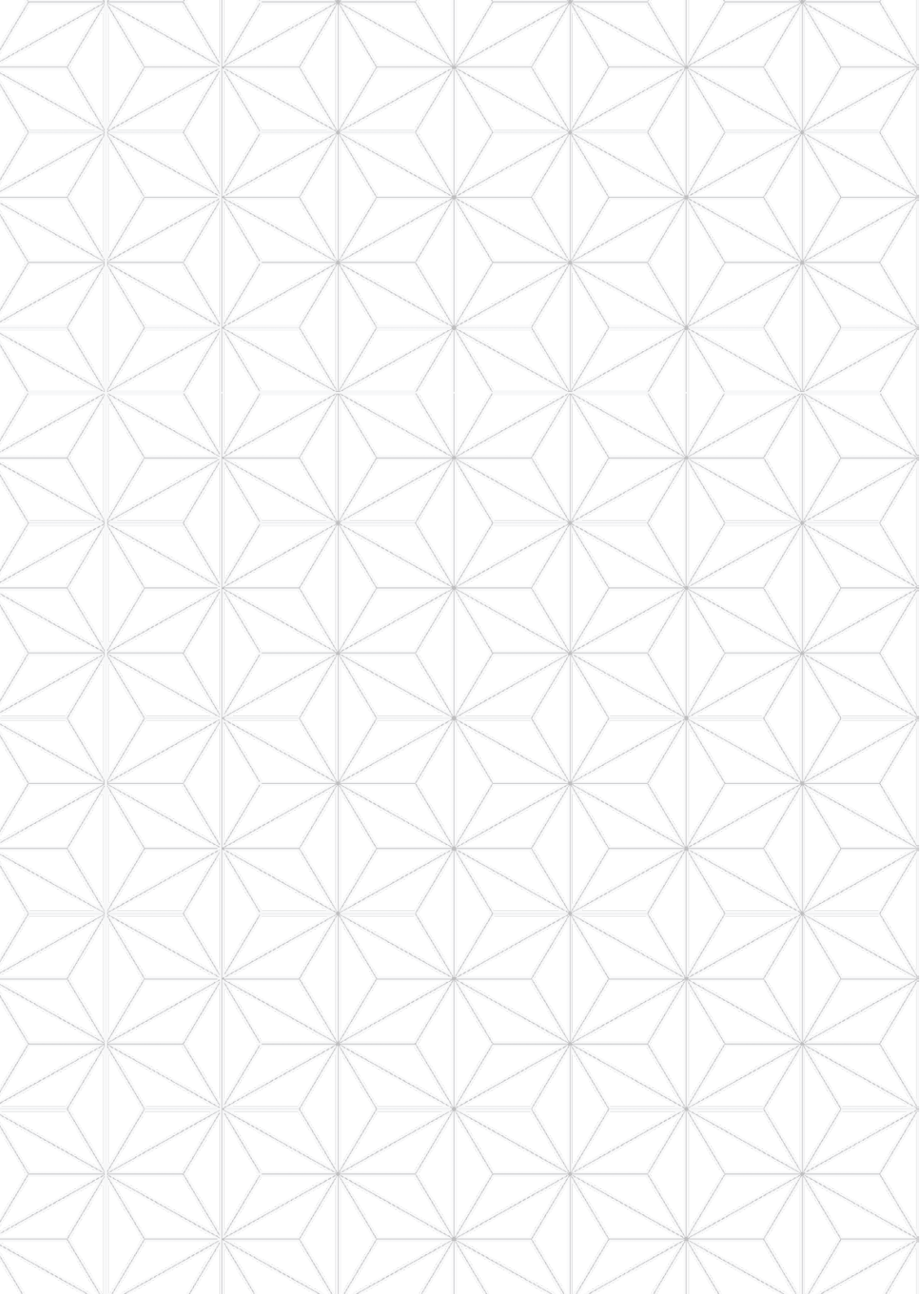
CDD 708
CDU 727.7

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Galerias, museus, coleções privadas.
2. Museus.

*Todo objeto antigo é belo
simplesmente porque sobreviveu
e devido a isso torna-se signo de
uma via anterior.*

(Jean Baudrillard)



APRESENTAÇÃO

O livro “João Ribeiro e um Museu-Casa em Sergipe” reúne o resultado de cerca de três anos de investigações sobre João Ribeiro, considerando atividades de iniciação científica e de formação profissional até então inéditos e chegando ao público após esforço de compilação da pesquisadora que, além de se debruçar sobre a vida e obra de João Ribeiro, estudou os objetos do acervo museológico da instituição “Casa de Cultura João Ribeiro”, localizada na cidade de Laranjeiras, Sergipe. Na fase que aprofundou a pesquisa, foram considerados seis diplomas, quatro medalhas, cinco quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e um objeto de uso pessoal, abordados como documentos no sentido museológico, enquanto base material e suporte de informação. O livro aponta para o tratamento das informações inerentes aos documentos com a utilização de ferramentas de baixo custo e eficientes como fichas de inventário, adequadas à quantidade de informação disponibilizada pelo Museu-Casa para sistematização de uma documentação secundária já que considera o documento físico como matriz de todas as informações complementares na teoria museológica. Ao considerar o conhecimento produzido acerca da figura de João Ribeiro juntamente com o tratamento documental, a pesquisa, agora materializada em livro, permitiu a explicitação dos processos de percepção a que documentos são associados, além de novas articulações possíveis entre o suporte material e o conteúdo da informação.



PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

O livro “João Ribeiro e um Museu-Casa em Sergipe” vem na sequência da produção recente da jovem pesquisadora Tayara Barreto de Souza Celestino que, ainda neste ano de 2021, entregou para a sociedade brasileira e sergipana o livro “Arthur Bispo do Rosário no universo das culturas populares”. Em importante esforço de tradução de pesquisas universitárias ao público de leitoras e leitores da literatura, das artes, das ciências sociais e dos realizadores das políticas culturais no estado de Sergipe, tornou-se possível, graças ao fomento da chamada Lei Aldir Blanc, a sistematização deste conjunto de escritos investigativos para divulgação da vida, obra e memória de João Ribeiro, assim como fizeram antes Joaquim Ribeiro e Núbia Marques.

O empenho da pesquisadora em investigar os temas da memória e das artes traduziu-se neste conjunto de textos que alcança o período de trabalho entre 2011 e 2014, quando, já na fase inicial de sua produção literária, fez excelente escolha pelo estudo de objetos biográficos de João Ribeiro expostos no aqui chamado Museu-Casa, contemplando quadros e pinturas além da já conhecida produção historiográfica que lhe rendeu medalhas, títulos, diplomas e homenagens. O material deste livro é o resultado da seleção de comunicações em congressos nacionais e internacionais que anteciparam relatórios de pesquisas e o trabalho final de diplomação como bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe.



Somente por conta do caráter emergencial de publicação deste material, ocorrido no contexto da pandemia da Covid-19 que comprometeu sobremaneira a sobrevivência de artistas e pesquisadores que fazem das ruas o seu laboratório, é que gerei compromisso em prefaciar tal obra em meio ao cenário, igualmente emergencial, de contenção da doença e de amparo humanitário, o qual me pareceu ter alcançado a meta de mitigar as dificuldades dos agentes culturais contemplados neste edital, que antes haviam perdido temporariamente o fomento de programas de pós-graduação para pesquisas estratégicas, de formação profissional, os locais de produção e de trabalho, bem como, em muitos casos, o sustento de necessidades materiais básicas. Atravessando esse mar de tormentas, é que convidei a todas e todos para terem consigo este livro como fonte de pesquisa, força, seriedade e inspiração.

Prof. Uílder Celestino
Docente SEDUC-SE,
Sócio contribuinte da ANPUH-SE

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	9
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro	17
CAPÍTULO II	
Os Objetos de Museu como Documentos	33
CAPÍTULO III	
A Casa de Cultura João Ribeiro e seu Patrono.....	55
CAPÍTULO IV	
O Acervo Museológico da Casa de Cultura João Ribeiro.....	70
CAPÍTULO V	
Revisitando Biografias sobre João Ribeiro.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE.....	101

INTRODUÇÃO

A Casa de Cultura João Ribeiro é apresentada como instituição cultural voltada para a preservação da memória de seu patrono. Nela mantém-se uma exposição de longa duração sobre a vida pública e privada de João Ribeiro, através da qual apresenta e comunica a memória de seu homenageado. A instituição situa-se no centro histórico de Laranjeiras, a Rua João Ribeiro s/nº, Centro, município de Laranjeiras, Sergipe. Na cidade se possuem preservados elementos da cultura material e imaterial, artísticos e arquitetônicos. Integrando-se ao cenário, se convive em Laranjeiras com diversos grupos populares, destacando-se a Taieira e a tradicional festa do Lambe Sujo e Caboclinho. São encontradas várias instituições culturais como o Museu Afro-brasileiro de Sergipe, o Museu de Arte Sacra de Laranjeiras, o Terreiro filhos de Obá e a Casa de Cultura João Ribeiro (NUNES, 2007).

O Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS) também está localizado no centro histórico da cidade. As atividades desenvolvidas no curso de Museologia da UFS contribuíram para a aproximação com a Casa de Cultura João Ribeiro, que é apresentado como um espaço propício a uma vasta exploração para pesquisas durante atividades acadêmicas, surgindo-se o interesse em estudar a instituição. Entre os anos de 2011 e 2012, com o amparo do Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica (PIIC/POSGRAP/PROEST/UFS), sob a orientação da professora Dra. Cristina de Almeida Valença



Cunha Barroso, foi desenvolvido o projeto “Entre lugares e leituras: uma análise da construção da memória de João Ribeiro a partir das interações entre a Casa de Cultura João Ribeiro e produções bibliográficas ligadas ao autor em Sergipe”. Naquele período, foram investigados de forma exploratória diversos aspectos da instituição, desde a biografia e memória do homenageado, os potenciais da instituição, sua exposição e narrativa museológica e os desafios para efetivação de sua comunicação e preservação. Em 2014, sob a orientação da professora Ma. Priscila Maria de Jesus, apresentamos o trabalho de conclusão de curso “Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro” aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Integrando a produção desta fase de investigações sobre o tema da comunicação promovida pelo setor museal, este livro aborda a vida de João Ribeiro e os objetos da Casa de cultura João Ribeiro como documentos considerando-os como suporte físico e suporte de informação. Para tal, compreendemos a Casa de Cultura João Ribeiro e seu interesse de preservar e comunicar a memória de João Ribeiro; apresentamos os principais trabalhos bibliográficos sobre a vida de João Ribeiro; e tratamos os objetos selecionados enquanto documentos portadores de um conteúdo físico e de informação.

O primeiro capítulo foi dedicado ao tema da narrativa museológica da Casa de Cultura João Ribeiro, apontando o percurso que antecedeu a abordagem do estudo dos objetos biográficos mediante levantamento biográfico e pesquisas exploratórias naquele ambiente a fim de compreender as maneiras de se comunicar segundo a teoria museológica. O material buscou estabelecer a relação entre público e lugar, bem como entre narrativa escrita, imagens e o conjunto exposto ao público, sendo possível perceber algumas mudanças na expografia com o passar do tempo e temas para melhoria contínua na comunicação.

O segundo capítulo foi dedicado à discussão teórica com a abordagem dos objetos de museu enquanto documentos, compondo um dos processos de musealização. Foram consideradas as formas de valorização dos objetos e sua transformação em documento a partir da relação entre os elementos físicos do objeto e a capacidade a ele atribuída de ser percebido como suporte de informação. Destacou-se o diálogo da Museologia com a Ciência da Informação, tendo em vista que os museus devem ser vistos na tarefa de prestador de serviços de informação.

O terceiro capítulo situou a Casa de Cultura João Ribeiro no contexto da cidade de Laranjeiras/SE, desde o período de fundação como Centro de Cultura, atuando em várias frentes, de acordo com dez objetivos e congregando duas unidades: um Mini-museu dedicado preservação e comunicação da memória de João Ribeiro e uma Biblioteca Pública Municipal. Destacaram-se as mudanças ocorridas com o tempo em que a cidade de Laranjeiras deslocou sua biblioteca para um prédio específico promovendo a ampliação dos espaços dedicados a exposição sobre João Ribeiro. Também foi realizada a revisão de literatura acerca dos trabalhos escritos sobre a vida do homenageado.

O quarto capítulo apresentou como o acervo da Casa de Cultura João Ribeiro está organizado, apresentando-se os resultados do estudo realizado com os diplomas, medalhas, quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e um objeto de seu uso pessoal. Foram analisados 16 (dezesseis) objetos, considerados como documentos no sentido museológico, construindo-se um suporte de informação para cada um deles, que consistiu na confecção e preenchimento de uma ficha de inventário, o que permitiu a explicitação dos processos de percepção a que o documento está atrelado, além de novas articulações possíveis entre o suporte material e o conteúdo da informação.

O quinto capítulo aprofundamos uma apresentação biográfica de João Ribeiro considerando vasta literatura dedicada em narrar



sua vida e obra, sempre em diálogo com a instituição localizada em Laranjeiras, apontando para os traços biográficos que foram mais explorados bem como para as possibilidades de integrar vários “não ditos” ao projeto expográfico mediante a consolidação de pesquisas e retoma a ideia de não somente os desafios pontuais indicados no primeiro capítulo estão recebendo atenção para melhoria contínua, mas também as questões de ordem conceitual como atualizações no plano museológico e no projeto expográfico da instituição.

Por fim, esperamos que os leitores e leitoras, além de atravessarem os temas da memória e cultura sergipana, também tomem nota de temas centrais do saber museológico, a exemplo da documentação museológica e visualizem nossas possibilidades de atualização das narrativas museológicas do lugar, que, mediante constantes renovações, pode vir a ocupar a posição de um Museu-Casa capaz de recuar no tempo até a segunda metade do século XIX, tempo e lugar onde nasceu João Ribeiro, remontando a atual documentação museológica cujo marco conceitual é, neste momento, datado a partir da década de 1970.

CAPÍTULO I

A NARRATIVA MUSEOLÓGICA DA CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO¹

A comunicação na instituição museal é uma forma de garantir o relacionamento entre museu e público, que utilizam a exposição e seus objetos como forma de testemunhos da memória. Dessa forma, cabe à exposição uma grande responsabilidade ao agir como mediadora da informação entre o homem e seu patrimônio. É nesse contexto que se destaca a Casa de Cultura João Ribeiro, que funciona como uma instituição interessada na divulgação e fruição da memória, atuando como um espaço de exposição, visitação, comunicação, pesquisa, lazer, estudo e informação. Em nossa pesquisa, buscou-se instigar a comunicação da memória expressa na exposição de longa duração do lugar tendo em vista que “o consumo da exposição é a possibilidade do público se apropriar do modelo proposto pelo museu, reelaborá-lo e recriá-lo na forma de um novo discurso” (CURY, 2005, p.367). Assim, chega-se a um consenso

1 Este capítulo foi apresentado em comunicação durante o Segundo Congresso Internacional de Museologia, 2012, promovido pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Os debates sobre o tema da comunicação museológica contribuíram na elaboração do texto final, antecedendo o trabalho investigativo sobre a biografia dos objetos da Casa de Cultura João Ribeiro, finalizado em 2014 e revisado no decorrer de 2021 a fim de compor esta publicação.

de que a comunicação só é efetivada quando ela é incorporada e se torna fonte de outro discurso.

A Casa de Cultura João Ribeiro está localizada no município de Laranjeiras/SE, cidade reconhecida como “berço da cultura sergipana”. Seu perímetro urbano foi tombado desde 1996, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Trata-se de uma cidade patrimônio pois possui vários monumentos antigos, prédios com arquiteturas ecléticas, chão de pedras (a pedra sabão), igrejas no alto dos morros, residências com fachadas coloridas e ruínas de antigos trapiches. Também mantém aberta diversas instituições ligadas à cultura, como o Terreiro Filhos de Obá, os Museus de Arte Sacra, Museu Afro-brasileiro de Sergipe e a Casa de Cultura João Ribeiro (NUNES, 2007).

Em meio a esses processos, primeiramente pensou-se num Centro Cultural para divulgação da cultura de toda a cidade de Laranjeiras. Posteriormente, seu acervo foi inventariado, quando se usou da nomenclatura “Museu da Casa de Cultura João Ribeiro” para designar duas unidades, um Museu e uma Biblioteca Pública (NUNES, 1999). Atualmente, o lugar apresenta-se como uma instituição museal, com uma variedade de peças expostas, indicando que o projeto de um Museu obteve maior êxito que o da biblioteca. Tendo em vista que a instituição contempla os seguintes aspectos: atuando como um espaço de exposição, visitação, comunicação, pesquisa, lazer, estudo e informação, conclui-se que a Casa de Cultura João Ribeiro foi pensada como uma instituição museal, pois está contemplando as características definidas pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) que define o museu como:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição (ICOM, 2001).

A instituição também integra a rede de museus, movimentada pelo Sistema Brasileiro de Museus (SBM), formada por lugares de memória, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, redes sociais, galerias e memoriais. “O SBM tem a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros.”², estando articulado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).³

O material que compõe o acervo da instituição foi doado pela filha de João Ribeiro, Emma Luzia Ribeiro Accioly, sendo composto por coleções de artes visuais, história, documentos pessoais e imagens que estão associados à vida privada e pública do homenageado. São obras literárias de João Ribeiro e de outros artistas, crônicas, artigos, medalhas de condecoração, diplomas, fotos de seus familiares, pinturas, desenhos, documentos pessoais, no local encontram-se algumas réplicas de móveis como uma escrivaninha, representando o local de trabalho de João Ribeiro e uma estante onde estão guardados livros de sua autoria. De acordo com Nunes, “fazem parte do acervo museológico as coleções de Artes Plásticas, Documentos Impressos e Escritos, Iconografia, Condecorações e Medalhas, Maquinaria e Tecnologia” (NUNES, 1999, p. 21).

Segundo Ribeiro (1958), João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes, conhecido como João Ribeiro nasceu na cidade de Laranjeiras em 24 de junho de 1860, na então província de Sergipe, filho de Manoel Joaquim Fernandes e Dona Guilhermina Ribeiro Fernandes. Órfão de pai, foi educado pela avó, que o enviou para Aracaju onde fez seus estudos de humanidades no colégio Ateneu Sergipense em 1880. Na adolescência, foi para a cidade de Salvador cursar Medi-

2 A proposta de articulação do SBM no conjunto das políticas públicas destinadas ao setor museológico está disponível no site <http://www.museus.gov.br/sbm/sbm_apresentacao.htm> acesso em 29 de julho de 2012.

3 O IBRAM foi o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM).



cina, mas interrompeu os estudos. Em 1881 foi para o Rio de Janeiro, conforme dados biográficos encontrados no “Catálogo do Acervo Documentais Museu da Casa de Cultura João Ribeiro”, onde foi relatado que ele tentou cursar medicina na Bahia e Engenharia no Rio de Janeiro, desistindo por falta de vocação. No Rio de Janeiro, trabalhou como professor e jornalista até seu falecimento em 13 de abril de 1934.

A Casa de Cultura João Ribeiro é apresentada como uma instituição cultural dedicada à memória de um sergipano de Laranjeiras. De fato, há uma preocupação constante em relação à memória do homenageado que está gravada nos usos do lugar, cujo prédio, que serviu de residência durante sua infância, foi preparado para guardar e contextualizar a trajetória de vida do homenageado. Hoje pensada como museu que como casa, observava-se, logo à entrada, um busto em sua homenagem. No mesmo lugar, é reproduzido o que seria a biblioteca, a partir de livros oriundos do acervo pessoal e/ou doados por sua família. A Análise desse espaço foi realizada conforme as indicações de Cury (2005), que trata a expografia como parte integrante da museografia, estudando as linguagens ou formas de expressão num espaço de exposição. Ou seja, trata-se de uma análise dos ambientes expográficos e expositivos. Convém apresentar o conceito a partir da autora e seu aporte teórico:

A expografia, como parte da museografia, “visa à pesquisa de uma linguagem e de uma expressão fiel na tradução de programas científicos de uma exposição” (DESVALLÉES, 1998: 221). É a forma da exposição de acordo com os princípios expológicos e abrange os aspectos de planejamento, metodológicos e técnicos para o desenvolvimento da concepção e materialização da forma (CRURY, 2005, p. 27).

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre a Casa de Cultura João Ribeiro e sobre biografias de João Ribeiro considerando

os materiais disponíveis nas cidades de São Cristóvão (Biblioteca Central/UFS), Laranjeiras (Biblioteca do Campus de Laranjeiras/UFS) e Acervo da Casa de Cultura João Ribeiro. O acervo fotográfico do local estudado está disponível para pesquisa na reserva técnica da instituição. Foram feitas visitas frequentes à Casa de Cultura João Ribeiro para observação do acervo, percepção da utilização dos espaços e possíveis alterações expositivas. Todas essas tarefas foram realizadas de acordo com o cronograma estabelecido no projeto “Entre lugares e leituras: uma análise da construção da memória de João Ribeiro a partir das interações entre a Casa de Cultura João Ribeiro e produções bibliográficas ligadas ao autor em Sergipe” aprovado pelo Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica – PIIC – POSGRAP/PROEST/UFS entre agosto de 2011 a julho de 2012, posteriormente continuadas em projeto de pesquisa para formação em museologia, quando, tomadas como fontes de pesquisa, nesta última fase, catalogamos 16 (dezesseis) fotografias do acervo da instituição com números de inscrição, títulos, informações de descritores, a descrição da foto e a existência de marcas e inscrições seguindo os dados do catálogo organizado por Nunes (1999).

O levantamento bibliográfico considerou os escritos de João Ribeiro e sobre João Ribeiro, disponíveis nas Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe e na Casa de Cultura João Ribeiro. De acordo com Núbia Marques (1993), parte da obra de João Ribeiro está em jornais e em arquivos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além dos acervos localizados em Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras. A pesquisa considerou o material das três últimas cidades. Obtivemos ainda o acesso a duas fotografias, garantido após o envio de ofício a Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe, relatando a relevância da pesquisa, sumariadas no quadro a seguir:



Quadro 01. Ficha de coleta de fontes do acervo fotográfico

Nº	Tombo	Título	Descritores	Descrição	Marcas e Incrições
01	Sem Referência	Exposição após reabertura em 2004	Arquivo da Casa de Cultura João Ribeiro.	A fotografia mostra quatro quadros de pintura de João Ribeiro (o último a direita de forma incompleta) e ao centro um móvel contendo livros.	Sem Marcações
02	94/0012 Doc.: 022	João Ribeiro com escritores e artistas.	Fotografia do encontro de João Ribeiro com intelectuais no Rio de Janeiro.	Fotografia revela um encontro de escritores e artistas num restaurante da Tijuca no Rio de Janeiro entre 1890 e 1895, onde o grupo apresenta-se por: João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio Mendonça e Silvio Ramos, Rodolfo Amanda, Artur Azevedo, Inglês de Souza, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentin Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Otávio e Heitor Peixoto.	Emoldurado (madeira e vidro). Manchas diversas, rasgadura ao centro. Dobradura e pedaços de fita adesiva. Borda inferior direita inexistente.

Fonte: Casa de Cultura João Ribeiro. Quadro elaborado pela pesquisadora

A Casa de Cultura João Ribeiro é apresentada como uma instituição cultural tratando-se de assuntos relacionados ao trabalho de João Ribeiro e seus familiares, dedicando-se na divulgação da memória de um “sergipano de Laranjeiras”. Uma proposta de Museu-Casa pode manter características expográficas de casa tanto na parte externa como também interna. Neste momento, a Casa de Cultura João Ribeiro não atende plenamente aos critérios de Museu-Casa, pois nela não se apresenta um acervo expográfico com características especificamente museográficas, mas um acervo eclético. No entanto, o prédio possibilita que futuramente seu projeto expográfico possa ser modificado e reordenado para tal. A expografia da instituição possui características próprias, independentemente de não se comportar plenamente como Museu-Casa, contrapondo-se a

exemplos elencados por Britto (2018, p. 29-87). Ainda assim, a instituição consegue fazer com que o visitante conheça João Ribeiro a sua trajetória nacional e internacional, seus familiares, evidenciando que se trata da casa onde ele residiu durante a sua infância, seus documentos pessoais e seus escritos.

Essas características fazem com que se elabore um pano de fundo ao visitante, a respeito do lugar, fazendo com que as pessoas imaginem que João Ribeiro morou na casa durante muito tempo. Na verdade, ele saiu de Laranjeiras no fim de sua infância, para construir carreira acadêmica em outras províncias. Por sua vez, na cidade de Laranjeiras procura-se manter viva a imagem de João Ribeiro, que direta ou indiretamente é apresentada em instituições, tais como a Biblioteca Municipal João Ribeiro, o Colégio Estadual João Ribeiro e a própria Casa de Cultura, cuja rua em que está localizada também recebe seu nome.

Imagem 01. Busto à entrada da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2011.



Acervo pessoal.

De fato, na cidade procura-se enaltecer a figura de João Ribeiro, pois, ao carregar seu nome nessas instituições, ao mesmo tempo rotula-se a imagem do homem intelectual, apropriando-se dessa imagem para a identificação de instituições destinadas ao exercício da leitura, estudo e conhecimento, sendo este um trabalho expográfico que pressupõe intervenções patrimoniais, readequando espaços de acordo com propostas expositivas. De acordo com Cossio e Cattani (2010), o design e a estética das exposições, devem ser pensados de acordo com o público, que é o interpretador. Desse modo, a exposição não é apenas um conjunto de mostras de peças, mas tem relação com os objetivos de determinado tema. Tais opções devem ser tomadas de forma estruturada, considerando os estudos sobre a recepção do público, que são importantes para perceber a influência da estética e do design das exposições perante as pessoas (COSSIO, Gustavo; CATTANI, Airton, 2010).

O espaço arquitetônico, sem qualquer outra intervenção, cumpre a finalidade do reconhecimento, da identificação, do valor intrínseco do lugar. Diante do conceito de museu definido pelo ICOM, uma ideia de museu passa pela construção arquitetônica ou pela adequação dos espaços de prédios redimensionados para funcionar como museu. Assim, o espaço físico integra-se às exposições (PINHEIRO e DUARTE, 2010). A realização da proposta de articulação do espaço físico com as exposições representativas da biografia do personagem projeta o prédio onde funciona a Casa de Cultura enquanto um indicador de memória, um monumento. (LE GOFF, 1992, p. 535-553).

Imagem 02. Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2011.



Acervo pessoal.

Em se tratando um espaço museal local (MADUREIRA, 2010), como é o caso da Casa de Cultura João Ribeiro, espera-se que o local integre-se com a comunidade, valorizando grupos, ensinando e entretendo. Sem considerar que existem interesses mercadológicos juntamente com o enaltecimento do patrimônio, os museus locais tendem a ser espaços mais modestos, porém concentrados nos diálogos com a comunidade em seus espaços locais. Dado esse aspecto, considera-se que, deixados pelos homens ao longo do tempo, todos os vestígios do lugar devem passar por processos de estudos e pesquisas. Com as pesquisas, vão sendo desvendados os seus usos e suas relações mantidas com a comunidade. Com o tempo, os demais objetos expostos integrem-se ao patrimônio cultural, salvaguardados e transformados em herança, contribuindo na construção das identidades (BRUNO, 1996).

Imagem 03. Destaque da fachada da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2011.



Acervo pessoal.

Refletindo sobre diversos museus, Pinheiro e Duarte (2010) chamam atenção para o aspecto arquitetônico dos edifícios, que integrados com a proposta expositiva, conseguem transmitir emoções, “comunicando por si”. Em relação à Casa de Cultura João Ribeiro, constata-se que seu espaço físico diz muito ao visitante. O prédio projeta o sentido de que aquele foi o lugar onde João Ribeiro viveu (imagem 02 e destaque em imagem 03), que aquele foi o seu primeiro lar. “Aqui nasceu João Ribeiro”, é a intervenção máxima para integrar o lugar à ideia da preservação da memória de um autêntico sergipano.

A instituição possui a preocupação fundamental na divulgação e preservação da memória de João Ribeiro, que está gravada nos usos do lugar, cujo prédio, que foi uma residência em parte da infância, é preparado para guardar, logo à entrada, um busto em sua homenagem; no mesmo lugar, é reproduzido o que seria uma biblioteca, denominada como “Sala do silêncio”, um título sugestivo, pois os intelectuais precisam de silêncio. A partir do título, novamente se projeta a imagem do homem ilustre, onde o principal objeto de exposição é uma pintura retratando momentos de leitura e reflexão

do homenageado, partir da narrativa de seu filho Joaquim Ribeiro, que é fonte de inspiração do artista Bené Santana.⁴

Convém ressaltar que, durante o período da pesquisa, observou-se que o quadro do artista Bené Santana (imagem 04) foi retirado da exposição de longa duração, sendo deslocado para a reserva técnica. De acordo com informações veiculadas por Sayonara Viana⁵, o motivo consiste nas constantes infiltrações ocorridas nas paredes do lugar, por tratar-se de um prédio antigo que sofre com as ações climáticas. Ainda de acordo com a coordenadora, após o restauro no ano de 2004 atualmente a Casa possui um projeto de reorganização da exposição e adaptação do prédio para pessoas com deficiência.

Imagem 04. Imagem retirada do material de divulgação da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2012.



Secretaria do Estado da Cultura.

4 Segundo informação veiculada pelos guias da Casa.

5 À época, coordenadora de museus da Secretaria de Estado da Cultura/SE (Secult).

Durante observação desta sala, observou-se uma pequena biblioteca de livros oriundos do acervo pessoal e/ou doados por sua família. A biblioteca expõe uma coleção de livros do homenageado e ao mesmo tempo funciona como lugar de pesquisa para os visitantes o que há época ocasionava alguns problemas aqui discutidos. O primeiro dizia respeito à ausência de segurança do acervo expositivo disponível ao visitante. Os objetos (os livros) cumpriam duas finalidades antagônicas: como objetos de exposição e, ao mesmo tempo, livros de pesquisas. Assim, chegava-se a um segundo problema, pois a coleção de livros deixava de cumprir uma função de exposição, pois era possível requisitar o livro para leitura, alterando o cenário expositivo. Um terceiro problema consistia no comprometimento da conservação do acervo, que estava sujeito a esse trânsito. Na prática, qualquer pessoa podia manusear os livros da Casa, sem qualquer possibilidade de segurança ou mesmo orientação por parte dos funcionários.⁶

Além dos espaços aqui citados, são encontradas fotos ligadas à figura de João Ribeiro; bem como imagens das intervenções feitas na Casa antes de 2004; da Exposição da Casa de Cultura após sua reabertura em 2004 e; de outras exposições realizadas (imagem 06). O lugar consegue guardar uma memória familiar, semelhante à ensaiada no livro de Joaquim Ribeiro (1958), diante dos quadros, fotografias, medalhas, diplomas e textos de dedicatórias de livros. Destaca-se ainda uma fotografia com João Ribeiro e artistas:

6 Tal cenário foi observado no decorrer da investigação, cujo resultado foi disponibilizado aos técnicos responsáveis pelo cuidado e manutenção do lugar, os quais providenciaram imediatamente os meios de adequação visando a segurança do acervo e manutenção do cenário expositivo.

Imagem 05. Fotografia do encontro de João Ribeiro com intelectuais no Rio de Janeiro. Laranjeiras. 2012.



Acervo da Casa de Cultura João Ribeiro.

A fotografia (imagem 05) é apresentada como testemunho de um encontro de escritores e artistas num restaurante da Tijuca no Rio de Janeiro entre 1890 e 1895, onde o grupo fora formado por João Ribeiro, Machado de Assis, Lúcio Mendonça, Silvio Ramos, Rodolfo Amando, Artur Azevedo, Inglês de Souza, Olavo Bilac, José Veríssimo, Sousa Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentin Magalhães, Rodolfo Bernadelli, Rodrigo Otávio e Heitor Peixoto. A fotografia foi localizada junto ao acervo de fotografias de seus familiares (NUNES, 1999).

Tendo em vista as intervenções admitidas entre os anos de 2004 e 2012, modificações ocorreram no conteúdo expositivo. A partir da análise fotográfica (imagem 06), constata-se como o cenário passou por alterações motivadas por razões diversas, seja por problemas na parte estrutural do prédio ou mudança de gestão, ocasionando modificações na exposição sem observações no projeto expográfico ou pesquisa museológica. Se por um lado as mudanças carregam foco

na preservação dos objetos, por outro alteram o contexto expositivo da instituição ocasionando ruídos na narrativa museológica para o visitante.

Imagem 06. Destaque da exposição após reabertura em 2004. Laranjeiras. 2012.



Acervo da Casa de Cultura João Ribeiro.

Para que os museus e suas exposições sejam compreendidos em comunidade, diversos profissionais relacionados à área devem estar atentos às grandes dificuldades da comunicação. Seja qual for a linguagem adotada, ela deve ser aplicada de forma intencional, clara e concisa, para que as informações sejam apropriadas ativamente pelos visitantes. Medidas simples podem ser muito eficazes, como o ato de deixar clara a visualização das etiquetas para cadeirantes ou cuidados na iluminação. Nesse sentido, qualquer erro pode prejudicar o museu e sua comunicação. Trata-se de um longo caminho a ser traçado pelas instituições. Conforme elucida Castro (2005), as intenções de uma exposição no museu devem estar orientadas no sentido de que pessoas da comunidade, se assim o desejarem, ganhem conhecimento a respeito do seu patrimônio e, caso o reconheçam como tal, possibilite com que as pessoas avancem em

novas perguntas, mais do que respostas necessariamente prontas. “Conquista-se, assim, uma prerrogativa importante, qual seja, a liberdade de informação deixa de ser mera função individual para tornar-se função social, integrando interesses particulares, coletivos e geral” (CASTRO, 2005).

Portanto, os desafios da comunicação do discurso narrativo da Casa de Cultura João Ribeiro, aqui discutidos, não visam quaisquer enfrentamentos, mas apontar para os respectivos encaminhamentos de soluções visando à contínua musealização do acervo. Em outro exemplo, analisando os textos introdutórios e etiquetas informativas do lugar, percebemos que a instituição mantém reduzida informação escrita e exposta a respeito do acervo. Dessa forma, explicações e informações que poderiam estar sendo musealizadas não são fornecidas ou adaptadas para o público visitante ou até mesmo para o pesquisador. Essas informações ficaram a critério do guia ou acompanhante no percurso expositivo, o mesmo sendo o responsável pelo suporte para as informações, que às vezes chegam incompletas devido a pouca instrução a respeito da instituição, da exposição e do homenageado.⁷

A instituição não apresentou estudos ou pesquisas que possibilitassem retardar os processos de perda de acervo e objetos encontrados na reserva técnica e na própria exposição. Não se pode descuidar das ações necessárias à conservação preventiva do lugar, dentre as quais estão o monitoramento do acervo, o cuidado com a iluminação, a anulação da sujidade, a definição de critérios para

7 Destacamos que a experiência relatada neste capítulo fez parte das primeiras interações entre pesquisadora e lugar investigado, ocorridas ainda no ano de 2011, quando estavam sendo iniciadas investigações em caráter de iniciação científica. Com o decorrer dos três anos de estudos e pesquisas, encerradas em 2014, novos contextos se firmaram a partir das trocas entre pesquisa e ambiente pesquisado, desenvolvidos nos três capítulos seguintes e apêndice deste livro, favorecendo o lugar da investigação com correções pontuais em diálogo com os responsáveis pelo ambiente expositivo.

o manuseio das peças, o controle climático e ambiental (BRADLEY, 2001; CRADDOCK, 2001). Trata-se de desafios relacionados ao acondicionamento do acervo que requerem profissionais da área ou mesmo pessoas interessadas na instituição que com estudos e pesquisas.

CAPÍTULO II

OS OBJETOS DE MUSEU COMO DOCUMENTOS

Uma das preocupações da Museologia consiste no estudo dos objetos dos museus. Mensch (1994) destacou que a partir de 1930, a teoria museológica de Z. Bruna tratou os objetos dos museus como fonte de destaque para pesquisa, considerando-os como principal elemento de estudo para a Museologia.¹ Com o desenvolvimento da Museologia enquanto Ciência Social Aplicada, a discussão sobre seus objetos de estudo avançou, não se limitando apenas ao estudo dos objetos dos museus. As reflexões conduzidas pelo ICOM (*International Council of Museums*) ampliaram os horizontes da disciplina, cuja teoria está centrada nos níveis de análise do ser humano frente ao patrimônio e aos processos de construção de heranças e identidades:

Cabe salientar que a Museologia [...] vincula suas preocupações em dois níveis, a saber: 1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio. 2º) desenvolver processos técnicos científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transfor-

1 Ainda de acordo com Mensch (1994), “Há uma conexão inegável entre o conceito de Museologia como estudo dos objetos de museu e o reconhecimento de que a interpretação dos objetos seja a característica central e mais distintiva do trabalho do museu.” (MENSCH, 1994, p. 8-9).

mado em herança e contribua para a construção de identidades. (BRUNO, 1996, p. 1).

De acordo com Bruno (1996), as tentativas de teorizações sobre coleções aconteceram desde o século XVII e XVIII, passando pelo período da Revolução Francesa. A autora considerou ainda que desde a antiguidade os homens costumavam guardar objetos. Ou seja, o homem nunca deixou de lado a preservação de seus vestígios, tarefa que atualmente recebe especial atenção da Museologia. Mais recentemente, o ICOFOM (*International Committee for Museology*) – Comitê Internacional do ICOM – definiu a área a partir de cinco idéias:

1) a Museologia como estudo da finalidade e organização de museus; 2) a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural; 3) a Museologia como o estudo dos objetos de museu; 4) a Museologia como estudo da musealidade e, 5) a Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade. (BRUNO, 1996, p. 14-15).

Considerando a definição do ICOFOM, dentro da instituição museu, a Museologia trata dos objetos nas finalidades de preservação, conservação, organização, comunicação e exibição para novos estudos, para a educação e entretenimento. Para tal, os profissionais de museus produzem documentos como inventários, classificações e registros pessoais do objeto, informando suas características físico-químicas (peso, densidade, textura, sabor, opacidade, dutibilidade, formato, composição); históricas (origem, trajetória, proprietários, procedência no museu) e; técnicas (os modos de fazer).

As valorações de um objeto

De maneira geral, os objetos cumprem um papel de destaque na vida das pessoas. “Quando um suburbano aspira à classe média superior, compra antiguidades, símbolo de antiga posição social.” (BAUDRILLARD, 2000, p. 91). Os seres humanos estabelecem relações com objetos, com projeção imediata na vida social:

Cada vez mais estátuas da virgem ou de santos, quadros, desaparecem dos museus, das igrejas, são comprados no câmbio negro por ricos proprietários de residências novas demais para sua profunda satisfação. (BAUDRILLARD, 2000, p. 92).

De acordo com Baudrillard (2009), esse objeto não tem uma função específica e sim uma virtude: é um signo. Para a “residência nova”, o rico proprietário procura uma “nobreza hereditária”. “Moveis, objetos, jóias, obras de arte de todos os tempos e de todos os lugares [...] toda uma vegetação mágica de móveis verdadeiros ou de falsos, manuscritos e ícones, invade o mercado.” (BAUDRILLARD, 2009, p. 92). Tanto interesse por objetos, belos ou não, verdadeiros ou não, valiosos ou não, encontra suas razões no presente e no passado: “o fetichismo é o mesmo: em caso extremo, todo objeto antigo é belo simplesmente porque sobreviveu e devido a isso torna-se o signo de uma via anterior.” (BAUDRILLARD, 2009, p. 91). Esse objeto é símbolo de uma posição social no passado e no presente, em que sua “nobreza hereditária compensa a dessuetude precoce do presente”. O objeto, tendo “sobrevivido” ao passado, atravessou o tempo, chegando ao presente e tê-lo pode significar herdar o signo de um passado “nobre”. Neste caso, o objeto promove uma mediação entre o passado e o presente:

O objeto antigo é sempre, no sentido exato do termo, um “retrato de família”. Existe sobre a forma concreta de um objeto,

a imemorialização de um ser precedente – processo que equivale, na ordem imaginária, a uma elisão do tempo. (BAUDRILLARD, 2009, p. 83-4).

Na ordem imaginária, o objeto elide, isto é, suprime o tempo, deslocando uma “nobreza” do passado para o tempo presente. O objeto antigo é o oposto do vazio do presente, sem hábito, sem costume. Ao mesmo tempo, ele é dotado de uma “ambigüidade indecisa”: “Alguns são mediação do presente, outros mediação do passado e o valor destes é o da carência.” (BAUDRILLARD, 2009, p. 91). O objeto antigo, como objeto ambíguo, também é moderno. “Mas tais objetos, ainda que diferentes, fazem parte eles também da modernidade e dela retiram seu duplo sentido.” (BAUDRILLARD, 2009, p. 81). Embora “vindo” do passado, agora ocupa um espaço no presente. Está no agora, no aqui. E a modernidade exige a existência de objetos antigos. “A funcionalidade dos objetos modernos torna-se historicidade do objeto antigo sem todavia deixar de cumprir uma função sistemática de signo.” (BAUDRILLARD, 2009, p. 82). O objeto antigo não é apenas uma ferramenta cumprindo uma funcionalidade como cortar, limpar, cavar, etc. “O objeto antigo não tem exigência de leitura, é ‘lenda’. [...] Ele não é verdadeiro nem falso, é ‘perfeito’ – não é nem interior, nem exterior, é um ‘álibi’” (BAUDRILLARD, 2009, p. 88). Ao atribuir aos objetos a condição de “lenda”, “perfeito” e “álibi” destacou-se como o mesmo é rico de significação. É um objeto não sistemático e não funcional, podendo assumir várias conotações.

Outra coisa é, verdade seja dita, a exigência de autenticidade, que se traduz por uma obsessão de certeza: a da origem da obra, de sua data, de seu autor, de sua assinatura. O simples fato de que o objeto tenha pertencido a alguém célebre, poderoso, confere-lhe valor. (BAUDRILLARD, 2009, p. 83-4).

Trata-se de outro princípio da valoração de um objeto. Uma xícara comum, uma caneta, ou qualquer outro objeto funcional pode mudar sua condição de “objeto pobre” para receber um valor de acordo com o poder de quem o utilizou.

A transformação do objeto em documento

Loureiro (2013) abordou a transformação dos objetos em documentos como o eixo central da musealização², partindo do princípio de que todos os conceitos são construções, fabricados ou criados, mas que precisam fazer algum sentido. A perda do sentido de um conceito promove a sua substituição por outro, igualmente construído, mantendo um caráter aberto e provisório. Ao produzir ou transformar um objeto em documento promove-se a musealização. Assim, a musealização de um objeto de museu é entendida “Como processo (ou conjunto de processos) por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento” (LOUREIRO, 2013, p. 2). O objeto pode ser musealizado e transformado em do-

2 Consultando a bibliografia nacional e internacional, Cury (2005) percebeu que o conceito de musealização é recente, mas de ampla utilização. De acordo com a autora, a partir de 1986, o termo passou a ser largamente utilizado por autores como Waldisa Russio, C. Guarnieri, Maria Cristina de Oliveira Bruno, Mário Chagas, Heloisa Barbuy, Tereza Scheiner, Ulpiano Bezerra de Menezes, Andre Desvallés, dentre outros. “... ao termo musealização, por ele se entende a valorização dos objetos. Esta valorização poderá ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos museus ou, ainda, sua valorização *in situ*, como ocorre nos ecomuseus.” (CURY, 2005, p. 24). Segundo Mário Chagas, “... o processo de musealização, grosso modo, é dispositivo de caráter seletivo e político, impregnado de subjetividades, vinculado a uma intencionalidade representacional e a um jogo de atribuições de valores socioculturais.” (CHAGAS *apud* CURY, 2005, p. 25). Para Bruno, musealização é “... o conjunto de procedimentos que viabiliza a comunicação de objetos interpretados (resultado de pesquisa), para olhares interpretantes (o público), no âmbito das instituições museológicas.” (BRUNO *apud* CURY, 2005, p. 27).

cumento, o que promove a ampliação do conceito de documento. A Museologia trata dessa transformação de forma intencional, que envolve seleção e preservação, admitindo a musealização:

Como estratégia de preservação (que deve ser compreendida em sentido amplo: preservação física e preservação das informações, que pressupõe o acesso) e como processo (ou conjunto de processos) de caráter necessariamente seletivo (musealizar implica em selecionar) (LOUREIRO, 2013, p. 6).

Musealizar um objeto pressupõe a busca de sua preservação tanto nos aspectos físicos como em relação às informações a ele associadas. Essa abordagem amplia o conceito de documento, que durante muito tempo esteve apenas associado na história ao testemunho escrito. Para a museologia, o documento:

É, assim, “uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou accidental, construído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural” (DODEBEI *apud* LOUREIRO, 2013, p. 6).

O documento precisa ser considerado com o propósito de preservar algo, seja um objeto de museu, uma história ou uma cultura. Sem o processo de musealização, o objeto não pode ser visto como documento, já que o documento não é apenas um objeto material, mas é também um objeto dotado de valores simbólicos, que está sendo preservado e comunicando algo:

Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não. Mas são documentos as fotografias e os catálogos de estrelas, as pedras em um museu de mineralogia, os animais catalogados e expostos num zôo (BRIET *apud* LOUREIRO, 2013, p. 3).

Na presente abordagem, o conceito de documento é considerado no âmbito das Ciências da Informação, não se limitando aos objetos textuais ou registros gráficos. Também não considera como documento um objeto isolado, mas o objeto catalogado ou que esteja compondo o acervo de um museu:

A noção de documento aplica-se a tudo aquilo que for passível “de guarda e preservação, pois é representante de alguma ação humana ou de algum detalhe da natureza” (SMIT *apud* LOUREIRO, 2013, p. 3).

Os objetos de museus, representando ações humanas ou da natureza, podem ser musealizados, isto é, considerados em seu aspecto físico e conceitual, pois a proposta é de preservar tanto o elemento material como também as informações que podem estar sendo associadas ao objeto. Loureiro (2013) traduz da seguinte maneira a ideia de Jean Meyriat:

Ao definir documento como “um objeto que dá suporte à informação, serve para comunicar e é durável”, ressalta a intervenção de duas noções inseparáveis: “uma de natureza material (objeto que serve de suporte), outra conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação)” (MEYRIAT *apud* LOUREIRO, 2013, p. 4).

No museu, o documento possui uma dimensão física e uma dimensão conceitual, ambas que precisam ser preservadas. A existência do objeto é ponto de partida para a transmissão da informação, sendo o suporte de uma mensagem. Não há regras para determinar quando um objeto se transforma em documento, mas é possível inferir as seguintes condições:

1) Há materialidade: apenas objetos e sinais físicos; 2) Há intencionalidade: pretende-se que o objeto seja tratado como

evidência; 3) Os objetos devem ser processados: eles devem ser transformados em documentos; e 4) Há uma atitude fenomenológica: o objeto é percebido como documento (BUCKLAND *apud* LOUREIRO, 2013, p. 4).

De acordo com a sequência acima apontada, é na última fase de musealização do objeto que ele passa a ser percebido como documento. Trata-se do mesmo objeto, mas a atitude do ser humano diante dele mudou. Enquanto documento, o objeto assume valores que está além do caráter material. As características do objeto são consideradas naquilo que elas podem transmitir ou testemunhar, conforme no exemplo abaixo:

Os esqueletos do Museu de História Nacional conservam e fornecem informações sobre a fauna da era quaternária; os trajes camponeses do Museu de Artes e Tradições Populares, sobre os modos de vida e os costumes da França rural do século XVIII, mas também sobre técnicas de tecelagem, sobre o clima de diversas regiões à época (MEYRIAT *apud* LOUREIRO, 2013, p. 8).

Musealizado, o objeto torna-se um “documento por atribuição”, tendo em vista que não está mais limitado às suas características físicas. Fazendo-se aos objetos as perguntas certas, pode-se obter e transmitir informações sobre seu lugar de origem, usos, técnicas, modos de viver. A pergunta “O que saberíamos sobre dinossauros se nenhum fóssil de dinossauro fosse encontrado?” ilustra como um objeto pode ser o ponto de partida para uma série de informações. É comum que a função de um objeto de museu seja diferente da função original do objeto. Para este caso, refletindo sobre o conceito de “documento por atribuição” de Meyriat, Loureiro (2013) traz o exemplo de uma bicicleta, que deve ter como função primária servir como meio de transporte, mas que pode não se resumir a isso, a depender da proposta de um museu:

Minha bicicleta poderá um dia fornecer para quem interrogá-la informações sobre o lazer da burguesia em meados do século XX, sobre a estatura média dos franceses à época, sobre as técnicas empregadas para a construção mecânica, sobre o estado da rede de estradas ou sobre as repercussões da crise do petróleo (MEYRIAT *apud* LOUREIRO, 2013, p. 8).

Quanto às maneiras de entendimento dos objetos museológicos, pode-se cometer o erro de querer determinar o objeto, quando o que vale é o princípio da indeterminação. De acordo com Moutinho (1994), para se chegar à indeterminação, a linguagem utilizada pelos museólogos deve ocupar um lugar semelhante à linguagem de uma obra de arte, uma linguagem aberta, que deixe o sujeito interagir com o objeto. Após o processo de musealização para a transformação do objeto em documento, os objetos recebem novas atribuições de valores e significados. Sobre o *status* do objeto no museu, Ulpiano Bezerra de Menezes sintetizou quatro maneiras de entender o objeto museológico.³ Em todas elas, cometem-se erros sempre que se pretende determinar o sentido de um objeto.

No objeto fetiche, ocorre a problemática da reificação do objeto, deslocando os atributos do objeto do nível das relações entre os homens para apresentá-los enquanto uma condição autônoma. Assim, os objetos deixam de ser percebidos como coisas e passam a ser vistos como se tivesse valor próprio. O problema é que sentido e valor são criações sociais, não inerentes ao objeto. Na construção do objeto metonímico, toma-se a parte pelo todo. O objeto passa a representar um todo como se uma cultura respondesse por toda uma

3 As contribuições de Ulpiano Bezerra de Menezes sobre o estudo dos objetos museológicos foram apresentadas no debate “O discurso museológico: um desafio para os museus”, durante o Simpósio “O processo de comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia”, Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de S. Paulo, 1993. As reflexões do teórico foram consideradas no artigo de Moutinho (1994).

sociedade. Trata-se de uma construção ingênua, na qual os museus não podem cair. Pelo objeto metafórico, se enaltece a informação da qual o objeto pretende representar. O objeto deixa de ser explorado em seus próprios termos, sendo desvalorizado pelos conceitos, informações escritas ou dados atribuídos ao objeto (como valor financeiro ou composição). Por fim, com o objeto no contexto, os sentidos são atribuídos de acordo com o cenário.

Às vezes são ignoradas a história e a trajetória do objeto, sendo este um dos piores vícios alimentados por “bons propósitos”, sem investimento intelectual. Trata-se de um processo de distorção. “Os objetos não mais escondem uma verdade a ser desvendada. [...] A verdade manifesta-se pela percepção” (LARA FILHO, 2009, p. 165). Ao musealizar um objeto, uma das preocupações é não querer reduzi-lo, não determiná-lo, pois o mesmo pode assumir variadas interpretações. O museu deve procurar entender a forma como seu objeto pode ser percebido pelos visitantes e o tipo de mensagem que ele pode despertar ou ilustrar.

O museu, nos dias atuais, deve trabalhar com a busca do sentido, oferecendo a possibilidade de, a partir de correlações que estabelece na construção da informação, apresentar o objeto em seus diferentes contextos e sugerir possibilidades de apropriação e participação efetiva das exposições. (LARA FILHO, 2009, p. 168).

Ao considerar a “verdade” como “percepção”, Lara Filho (2009) retoma a reflexão apontada anteriormente de Ulpiano Bezerra de Menezes (1994) sobre os problemas da “reificação” ou “fetichização” dos objetos. Ao transformar o objeto em documento, o museu deve estar muito atento ao tipo de mensagem que emite, principalmente considerando-se que “[...] toda operação com documentos museológicos é de natureza retórica e ideológica.” (LARA FILHO, 2009, p. 163).

A fim de fugir dos problemas de “reificação” a autora recomenda a articulação entre o objeto e o conhecimento:

No caso dos museus, ao invés de promover a reificação dos objetos baseando-se em categorias de objetos, os museus têm de observar que operam nas dimensões do tempo e do espaço, com campos do conhecimento, com o simbólico, com os problemas humanos e, enfim, com a articulação entre todos esses elementos. (LARA FILHO, 2009, p.169).

Por esta razão, Lara Filho (2009) insere a discussão sobre a transformação do objeto em documento segundo a ótica da produção do conhecimento. Para este autor, a partir de um objeto, pode-se extrair uma quantidade de informações a ser transmitida de forma didática e agradável. O museu torna-se lugar privilegiado de saber porque seus objetos têm a condição de “objetos fronteiros”, ou seja, um objeto que esteve em um passado ou em uma cultura anterior a atual, mas que também interage com os visitantes dos dias atuais. A tarefa de musealizar um objeto, transformando-o em documento também foi entendida por Nascimento (1994) em sua relação com a produção e transmissão do conhecimento. Pretendendo afastar-se do valor meramente estético do objeto, a autora assume a postura de que o objeto é fonte de pesquisa, por meio do qual se pode entender melhor uma sociedade e suas relações:

[O objeto museal é] Um meio que através da pesquisa, chega-se ao processo de produção de conhecimento, tendo como vetor a produção cultural do homem, que não é dissociado da rede de relações: sociais, políticas e econômicas na qual foi produzido, tendo um significado cultural de uso, função e movimento no passado e no presente. Ou seja, cuja historicidade do objeto museal representa um corte sincrônico, onde está presente as relações desiguais, diacrônicas, que

se expressam na sua história, seja ele material e imaterial. (NASCIMENTO, 1994, p. 11)

Para Nascimento (1994) o objeto é vetor de uma produção cultural humana, estando ligado ao conjunto das relações sociais. Assim, todo objeto tem uma historicidade, guardando informações sobre um passado e podendo comunicar no presente. Ao desvendar as relações envolvendo o objeto com a cultura e a sociedade, o museu contribui com a produção e com a transmissão do conhecimento. Dimensionando o vasto universo dos objetos produzidos pelos seres humanos, Loureiro (2009) sugere que a quantidade de criações humanas pode ser inclusive superior se comparado a quantidade de espécies de seres vivos que habitam a natureza. No decorrer da história, o ser humano pode ter muito bem fabricado mais objetos do que a própria natureza produziu seres na sua biodiversidade. Considerando que todos esses objetos são indicadores da vivência humana, conclui-se que um verdadeiro mundo de informações sobre a experiência da vida humana está para ser desvendado.

Em relação à diversidade biológica comparada à tecnologia humana, Loureiro (2009) acompanha o pensamento de Basalla na obra *The Evolution of Technology* (1989) ao lembrar que, ao menos desde Darwin, tem havido um grande esforço da ciência no sentido de realizar catalogações taxonômicas. Nem por isso é possível, no momento, precisar o número de espécies que habitam o planeta terra. Nos Estados Unidos, do ano de 1790 até a presente data, a quantidade de patentes de registro de seres vivos seria de cerca de 4,7 milhões, um número que seria três vezes inferior que a diversidade tecnológica:

A variedade de coisas fabricadas é tão espantosa quanto à de coisas vivas. Consideremos o âmbito que se estende de ferramentas de pedra a micro-chips, de rodas d'água a naves espaciais, de pregos a arranha céus. Em 1867, Karl Marx ficou

surpreso ao saber que quinhentos diferentes tipos de martelos foram produzidos em Birmingham, Inglaterra, cada qual adaptado a uma função específica na indústria ou manufatura (BASALLA *apud* LOUREIRO, 2009, p. 8).

Um arsenal de objetos produzidos pela humanidade está à espera de seleção, sistematização e análise, transformando-se em documentos riquíssimos em informações no sentido museológico. Até o momento, esses objetos são compreendidos apenas nas suas funções de necessidade e utilidade, mas eles guardam características que precisam ser mais bem interpretadas. Uma proposta de estudo dessa cultura material poderia estar baseada na análise de cinco propriedades básicas de um objeto, sendo eles a história, material, construção, design e função; e em quatro operações, conforme o esquema de Flemming:

Essas operações são **identificação** (incluindo classificação, autenticação e descrição); **avaliação**, que resulta em um corpo de fatos distintivos sobre o seu artefato, geralmente baseada em comprovações com outros exemplos de seu tipo; **análise cultural**, que examina as várias inter-relações do artefato em sua cultura contemporânea; e **interpretação**, que sugere o sentido e significado do artefato em relação a aspectos de nossa própria cultura. Cada uma dessas operações implica cada uma das cinco propriedades do artefato, e cada operação sucessiva depende da que a precedeu (FLEMMING *apud* loureiro, 2009, p. 10, grifos do autor).

Loureiro (2009) reconhece que as duas primeiras tarefas, de identificação e avaliação, precisam de equipes de especialistas, com “olho treinado”. Já a análise cultural deve ser feita a partir de objetos agrupados (os 500 martelos de Birmingham, por exemplo). O esquema de Flemming acaba se tornando muito complexo e dependente

de uma equipe de investigação. Mas, ao pensar sobre esse esquema, o investigador consegue dimensionar qual o significado de tratar um objeto como um documento, principalmente na fase de interpretação:

Concentra-se na relação entre algum fato aprendido sobre o objeto e algum aspecto-chave de nosso atual sistema de valor, e as relações devem ser suficientemente intensas ou ricas para ter sentido, significado e relevância auto-evidentes. (...) Assim como a análise cultural, um objeto não está sujeito a uma única interpretação correta, mas a muitas. A interpretação variará de acordo com os interesses pessoais, de classe, ideológicos e nacionais... (FLEMMING *apud* LOUREIRO, 2009, p. 11).

Perceber que os objetos podem receber várias interpretações corretas é muito importante quando se pretende realizar o trabalho de musealização. Mas, para serem corretas, todas as interpretações devem estar “ricas de sentido”, sendo “relevantes” e “auto-evidentes”. Ao expor uma interpretação, o pesquisador está exercendo seu papel ativo, estando presente enquanto sujeito interessado na análise.

A Ciência da Informação e a noção do conceito de documento

O conceito de documento precisa ser compreendido no interior da área da Museologia, destacando-se seus fundamentos e princípios. De acordo com Ortega e Lara (2010), um dos conceitos de documento foi desenvolvido no interior da Ciência de Informação, surgido a partir da noção de documento de Paul Otlet. No decorrer do século XX, as bases lançadas por Otlet influenciaram o pensamento de franceses, espanhóis e algo-saxões, a exemplo de Buckland, que:

Recorre à noção clássica de documento, citando que Otlet enfatiza a necessidade de definição de documento e documenta-

ção que incluía objetos naturais, artefatos, objetos apontando pistas de atividades humanas, objetos tais como modelos designados para representar ideias, e obras de artes, assim como textos. (BURCKLAND *apud* ORTEGA E LARA, 2010).

A versão clássica de documento de Otlet não ficou restrita aos textos, mas contemplou objetos naturais, artefatos, obras de arte ou qualquer suporte físico que pudesse representar ideias ou indicar a produção cultural humana. Em Otlet, um documento constitui-se em “um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais (OTLET *apud* ORTELA E LARA, 2010). De acordo com Ferrez (1991), o conjunto das informações relativas os documentos de uma instituição compõem a documentação museológica. Ao mesmo tempo, a documentação museológica possibilita a recuperação das informações de cada documento, dando à instituição um caráter sistemático de organização.⁴ Ainda em 1935, a UFOD (*Union Française des Organismes de Documentation*) definiu documentação ao referir-se a:

Toda base de conhecimento, fixada materialmente, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova. Propõe, em seguida, outra definição que julga mais atual e abstrata: o documento é todo signo indicial (*ou índice*) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual. (BRIET *apud* ORTEGA E LARA, 2010).

4 De acordo com Férrez (1991): “A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.”(FERREZ, 1991)

O entendimento de Otlet e da UFOD é de que o documento deve ser considerado em duplo aspecto, o físico e o intelectual, sendo um elemento concreto, mas também simbólico. Este princípio acompanhou o pensamento de diversos autores, segundo Ortega e Lara (2010), influenciados pelas ideias de Otlet.⁵ Em todos eles, a noção de documento compreende uma condição física e outra intelectual/simbólica:

Desde sua discípula direta [de Otlet] – Suzanne Briet –, até os franceses e espanhóis discípulos da versão clássica da noção de documento, os traços iniciais se mantêm mas são acrescidos de elementos que se relacionam ao signo e à comunicação da informação, assim como à própria palavra informação e derivadas. Para estes pesquisadores, documento seria objeto simultaneamente de natureza material e conceitual, potencialmente informativo, pois apresenta capacidade de conservação, transporte, reprodução e comunicação do signo (ORTEGA E LARA, 2010).

Segundo o pensamento de Briet, o documento teve o acréscimo de elementos simbólicos, ligados ao propósito de promover a informação e a comunicação. No aspecto material, o documento precisa ser cuidado, preservado. No aspecto simbólico, o documento é suporte para a reprodução de um signo. Com o documento, a Ciência da Informação depositava sua capacidade comunicativa. A fim de alcançar a comunicação da informação, Briet percebe a necessidade de produzir novos documentos relacionados a um mesmo suporte físico (um mesmo objeto). Com isso, passa a utilizar a expressão “produção documentária”:

5 Dentre os autores citados por Ortega e Lara (2010) estão os franceses Escarpit (1976), Meyriat (1981), Briet (1951); os espanhóis Lasso de la Veja (1947), Lopes Yepes (1995), Fernandez e Arroyo (1983), Redón Rojas (2005); e os anglo-saxões Burckland (1991), Frohmann (2004) e Fondin (2005).

[...] para indicar a produção de documentos secundários pelas organizações de documentação a partir dos documentos iniciais (os quais seriam criados pelos autores e apenas conservados pelas organizações de documentação). Considera como documentos secundários as traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfimes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação. (ORTEGA E LARA, 2010).

A diferenciação entre documento inicial e documento secundário demonstra que, para o documento comunicar algo, a ele são acrescentadas novas informações, valendo-se de outros suportes, como, por exemplo, um catálogo (documento secundário) para auxiliar na sistematização e localização de objetos; fotografias ou réplicas, para reprodução de um documento inicial (como o exemplar original de uma pintura); enciclopédias, para realizar a síntese de uma série de objetos e assim por diante. Pode-se estar perante a um conjunto de documentos secundários, objetivando otimizar o acesso e a comunicação de um documento inicial.

Na construção da informação institucional, os documentos criados pela Ciência da Informação assemelham-se à ideia dos '*documentos secundários*', conforme sugere Briet, e à ação intencional do profissional quando dispõe o documento inicial em um contexto que não estava antes, dando-lhe personalidade, como reforça Rendón Rojas. A atividade documentária desenvolve-se, nesse sentido, a partir da intenção de construir registros que possam ser informativos, considerando não apenas as características extrínsecas do documento original (*do autor*), como sua possibilidade de recepção (*vínculos de adesão*). (ORTEGA E LARA, 2010).

Dinamizando cada vez mais a transmissão de conteúdos, a Ciência da Informação pensa de forma sistêmica o conjunto dos

documentos secundários ligados ao documento inicial nos termos de uma “atividade documentária”. Todos os documentos produzidos não podem perder de vista a sua relação com o documento inicial e o propósito da recepção, que deve ocorrer satisfatoriamente, com a mensagem ligada ao documento inicial chegando com êxito aos sentidos dos destinatários.

Os museus como prestadores de serviços de informação

Após a segunda metade do século XX, os museus no Brasil deixaram de ser considerados meros guardiões de coleções, passando a atuar diretamente com o patrimônio cultural. Foi um grande processo de transformação e amadurecimento. Com as mudanças observadas, “o objeto de estudo da museologia foi construído, desconstruído, reconstruído, inúmeras vezes: a categoria museu foi ressignificada e a diversidade topológica dos museus foi ampliada de uma maneira sem precedentes.” (CADERNO, 2006, p. 12) Neste momento, é indispensável aos museus o domínio dos processos de construção de documentos, iniciais e secundários, para garantir uma boa comunicação com seu público alvo. Gradativamente, as reflexões no interior da Ciência da Informação alcançam a área da Museologia, apesar da realidade constatada por Ceravolo e Tálamo (2007) na afirmação de que “... os museus não se viam como prestadores de serviços de informação e, possivelmente – ainda que existam exceções –, a maioria dos museus ainda não se atribui essa função.” (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 5). Ao mesmo tempo, o tratamento de documentos em museus é um processo lento e antigo.⁶

6 Apensar de antiga, a atividade de documentação de museus foi “[...] considerada a ‘parente pobre’ dentre as atividade de museu, antes da década de 1950 era realizada sem regras, guiada por visões singulares e do bom senso. No passado observam-se indicações sobre cursos voltados para o preparo de conservadores ou auxiliares de

O desenvolvimento da documentação em museus foi um processo lento que passou por fases de acerto e erro, envolvendo, inclusive, uma certa tensão no seu exercício já que, dependendo da natureza das coleções que um museu abriga, são os curadores ou especialistas que a exercem. (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 2).

Após a década de 1980, várias instituições museais colocaram em suas pautas de discussão o uso de técnicas informatizadas. Nesta fase, produziu-se um otimismo de que a informática poderia resolver os problemas da documentação em museus, “... gerando catálogos com os mais diversos objetivos, desde a organização de dados até a recuperação de informações, melhorando, de alguma forma, o acesso a informação.” (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 4). A partir desse período, com as atenções voltadas para a documentação, duas tendências passaram a ser observadas nos museus: a perspectiva tecnicista norte-americana, preocupada em registrar e armazenar. E a perspectiva reflexiva europeia, mais interpretativa, que encara o museu como um lugar cultural e científico:

Para a concepção tecnicista, a função primordial da documentação é responder as organizações mantenedoras; os procedimentos documentários são técnicos e visam a elaboração e preenchimento de registros (*registration*), o armazenamento e a recuperação da informação. (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 5).

conservadores, caso da Escola do Louvre em Paris, iniciado em 1882, que ministrava aula sobre história da arte, organização de exposições, conservação e restauro visando prioritariamente, naquela época, às obras arquitetônicas, artísticas e monumentos. No entanto, os índices de presença de curso sobre documentação não são encontrados” (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 2).



A perspectiva tecnicista atende ao objetivo do controle, guardando informações sobre peso, espessura, registro de doação, compra, empréstimo, documentos oficiais de auditoria, avaliações, seguros, vistorias, local de armazenamento, tipo de exposição. Os documentos produzidos de acordo com a tendência tecnicista contribuem para a organização do museu. Parte dos dados sistematizados pode chegar ao acesso dos visitantes, dependendo da definição da política de informação ao público definida pelo museu. No entanto, no geral as informações dessa natureza se destinam prioritariamente ao usuário interno da instituição. Quanto à perspectiva reflexiva:

[...] o objeto de museu é fonte primordial de pesquisas, e a documentação, uma atividade importante devendo ser polivalente, múltipla e extensa, já que esses objetos são plurissígnos, adequando-se às múltiplas formas de exposição. Para cumprir tais objetivos, o ponto de inflexão deveria recair sobre os instrumentos de classificação servindo simultaneamente à pesquisa, à organização das coleções e à gestão administrativa. (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 6).

A tendência européia estabelece o mesmo nível de importância dos documentos, tanto para atender a organização e gestão, como também para a pesquisa. O trabalho de documentação assume uma função polivalente, precisando satisfazer o público interno e externo. Parte do princípio de que os objetos podem receber significados plurais e compor variados tipos de exposições. A forma como o museu decide como vai gerir a documentação interfere na percepção das mensagens e na condução de pesquisas. Os trabalhos de investigação dependem de como está a “matriz da informação”, ou seja, dependem da existência prévia de informações e de como elas estão organizadas no aspecto físico e de conteúdo. Ao mesmo tempo, ao analisar um objeto, o pesquisador também acaba fazendo uma análise da “matriz da informação” disponibilizada pelo museu:

Sendo assim, a análise de um objeto/suporte é simultaneamente uma análise dessa matriz de informação. Por exemplo: numa estatueta de um determinado grupo étnico (ou outra qualquer) o material, os traços escultóricos, os adereços ou outros elementos iconográficos vão nos fornecendo elementos para captar sua função, seu contexto sociocultural, vínculos com ritos, e assim por diante. (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 7).

O significado atribuído a um objeto também considera seus aspectos físicos e seus traços materiais. “Logo, o significado do objeto/documento está na correlação de dados que vão da materialidade do objeto às intenções socioculturais.” (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 7). Quanto mais dados físicos o como material de composição, datação ou traços da tecnologia empregada estiverem disponíveis, maior é a capacidade de abstrair informações do objeto. No caso dos museus, a interação entre os dados e o material é intensa de maneira que “[...] nem sempre é possível, nesse contexto, estabelecer uma distinção entre suporte e conteúdo, já que o próprio suporte se constitui, por vezes, em parte do conteúdo.” (CERAVOLO E TÁLAMO, 2007, p. 7). Essa compreensão indica-nos as possibilidades de avançar no tema dos objetos musealizados, mas principalmente seus limites, como é o caso do ambiente que estamos investigando. Com isso, não pretendemos comprometer ou questionar as decisões tomadas por ocasião da idealização e realização dos propósitos da Casa de Cultura João Ribeiro, por entendermos que este “problema” antecede aos objetivos traçados nesta investigação. No lugar de qualquer tentativa de refundação, optamos por uma visão mais integrada do ambiente, isto é, confrontada com seus próprios objetivos, sem com isso perder de vista as intencionalidades das famílias envolvidas, dos intelectuais engajados neste projeto e nas iniciativas do poder público.

Portanto, os capítulos seguintes não estarão discutindo as tramas fundacionais e mantenedoras do ambiente, mas nos aproximaremos de um perfil técnico que compreende os elementos propositivos de um grupo de agentes que movem os debates sobre cultura, memória e patrimônio nacional e local, sem a implícita consciência de que o projeto aqui investigado e discutido compõe parte de um projeto maior de patrimonialização de uma cidade inteira, neste caso, as iniciativas chegadas à cidade de Laranjeiras, Sergipe, em fases ainda anteriores ao surgimento para essa comunidade da Casa de Cultura João Ribeiro, integrando-se às intervenções mais recentes com a instalação do Campus da Cultura integrado ao projeto de expansão e interiorização da Universidade Federal de Sergipe.

CAPÍTULO III

A CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO E SEU PATRONO

Pretende-se apresentar a Casa de Cultura João Ribeiro partindo do princípio de que as sociedades tendem a conservar seu patrimônio cultural e a transmiti-lo como forma de preservar coisas e valores. Dessa forma, a noção de patrimônio¹ avança do seu sentido meramente econômico para compor tudo aquilo que deve ser protegido, procurando tornar o ser humano um agente de preservação. Além do mais, a instituição integra a rede de museus, com registro junto ao Sistema Brasileiro de Museus (SBM), sendo que o sistema possui a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. O SBM está articulado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

1 Françoise Choay (2001) informou sobre a origem do termo patrimônio: “Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço” (CHOAY, 2001, p. 11). Segundo a autora, o conceito seguiu “uma trajetória diferente e retumbante” passando a ganhar diferentes significados com o tempo. Sobre o conceito, Chagas (2007) também refletiu sobre suas variações semânticas: “No século XX, observou Choay (2011, p. 13) ‘as portas do domínio patrimonial’ foram forçadas. Um número cada vez maior de pessoas (organizadas em grupos ou individualmente) passou a interessar-se pelo campo do patrimônio, não apenas em sua vertente jurídico-burocrática vinculada ao chamado direito administrativo, mas, sobretudo, por sua dimensão sociocultural” (CHAGAS, p. 2007).

A Casa de Cultura João Ribeiro, seu entorno e funcionamento

A Casa de Cultura João Ribeiro compõe parte do cenário urbano de interesse patrimonial da cidade de Laranjeiras, sendo uma área protegida de acordo com os critérios do Plano de Preservação de Sítio Histórico Urbano (PPSH) que partilha entre as três esferas do executivo a gestão do patrimônio.² O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Laranjeiras comporta uma população estimada de 2.500 habitantes e cerca de 500 domicílios, no contexto de uma cidade de pequeno porte (com até 50.000 habitantes). O sítio histórico urbano foi tombado por lei estadual, onde a cidade foi elevada à categoria de Cidade Monumento por Decreto Governamental nº 2.048, de 12 de março de 1971.³

De acordo com a professora e bibliotecária Maria Sônia Santos Carvalho, que ocupou a direção da Casa de Cultura João Ribeiro durante o período da publicação do catálogo organizado por Nunes (1999), a Casa congregava duas unidades: um Museu e uma Biblioteca Pública (Prancha 02). Foi criada pelo Estado de Sergipe através do Decreto n. 2.726, de 27 de novembro de 1973 e inaugurada como instituição cultural em 09 de agosto de 1974, passando a funcionar como um Centro de Cultura, com a finalidade de difundir e preservar a cultura de Laranjeiras. Em sua

2 O IBRAM é o órgão responsável pela Política Nacional de Museus (PNM). A cidade de Laranjeiras/Se conta com três instituições com registro no Cadastro Nacional de Museus (CNM): a Casa de Cultura João Ribeiro, o Museu Afro-brasileiro de Sergipe e o Museu de Arte Sacra de Laranjeiras, conforme informações disponíveis no endereço <<http://sistemas.museus.gov.br/cnm/pesquisa/listarPorMunicipio?coMunicipio=1785>> acesso em 02 de janeiro de /2014.

3 Ainda de acordo com a descrição do caderno técnico do programa Monumenta, “A Área Tombada compreende quase toda a área urbana da Cidade, que foi formada em um ponto de união de dois vales, sendo delimitada pelo Rio Cotinguiba. O desenvolvimento se dá em um eixo paralelo ao Rio, mas a partir de um espaço maior, formado por uma volta em um trecho do mesmo. O arruamento é irregular, típico das cidades coloniais brasileiras”. (BRASIL, 2005, p. 393).

contribuição para o catálogo, Carvalho (1999) informou sobre a origem do imóvel:

O imóvel, situado na rua João Ribeiro (antiga rua Cangaleixo), foi propriedade dos pais de João Ribeiro e passou a pertencer ao governo do Estado de Sergipe, conforme certidão do registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras, livro 3-C, folha sessenta e dois (62), sob o nº 329. (CARVALHO, 1999, p. 20).

De acordo com Lima e Carvalho (1998), até antes de agosto de 1974, a Centro de Cultura João Ribeiro contava apenas com o acervo cultural de João Ribeiro. Após essa data, formou-se o acervo da biblioteca, composto por 100 livros doados pelo Instituto Nacional do Livro (INL), após solicitação de Emma Luiza Ribeiro Accioly. Com isso, o município de Laranjeiras passou a ter novamente uma Biblioteca Pública Municipal, já que a biblioteca Moreira Guimarães, situada no sobrado Antônio de Freitas Brandão não estava em funcionamento.

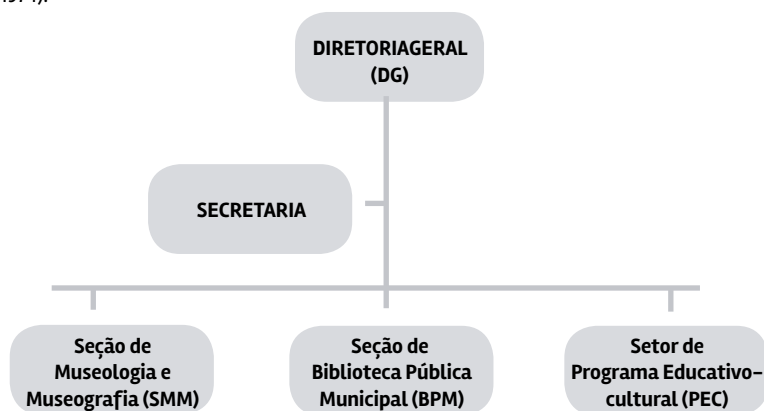
O Decreto estadual n. 2784, de 05 de abril de 1974 homologou o Estatuto do Centro de Cultura João Ribeiro para a atuação em várias frentes, a partir de dez objetivos: a) manter um Mini-museu de peças e obras de João Ribeiro; b) manter a Biblioteca Pública Municipal; c) prestar apoio às iniciativas culturais de Laranjeiras; d) prover intercâmbio com entidades ligadas à cultura; e) firmar através do DCPH, convênios com instituições similares; f) cooperar com as Instituições Culturais que existem ou venham existir em Laranjeiras; g) promover meios para a manutenção e desenvolvimento da cultura local; h) promover atividades culturais no meio estudantil; i) promover cursos e seminários e; j) comemorar anualmente a data de nascimento de João Ribeiro.⁴

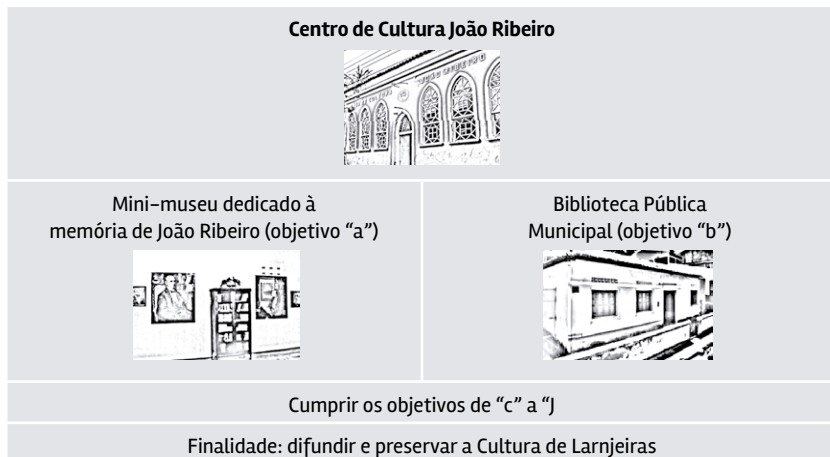
4 A sigla DCPH corresponde ao então Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico vinculado ao Governo de Sergipe. Um exemplar *fac-simile* do decreto de homologação do **Estatuto** e do **Regimento** do Centro de Cultura João Ribeiro está disponível para consulta no local.



Já o Regimento Interno do Centro de Cultura João Ribeiro, datado de 1988, estabeleceu uma estrutura administrativa com quatro seções: uma Diretoria Geral (DG), contemplando uma secretaria; a Seção de Museologia e Museografia (SMM); a seção de Biblioteca Pública Municipal (BPM) e; o setor de programa Educativo-cultural (PEC). Lendo-se o Estatuto e o Regimento citados, percebe-se que a proposta de funcionamento do Centro de Cultura no espaço da Casa de Cultura João Ribeiro pretendeu atender não apenas a demanda ligada à memória de João Ribeiro ao manter um Mini-museu, mas cumprir um objetivo geral de difundir e preservar a cultura da cidade de Laranjeiras.

Prancha 01. Esquema Explicativo do Funcionamento do Centro de Cultura João Ribeiro (Estatuto de 1974).



Prancha 02. Organograma do Centro de Cultura João Ribeiro (Regimento de 1988)

A Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR)

Vinte anos após a fundação do Centro de Cultura João Ribeiro, Lima e Carvalho (1998), informaram que o acervo da Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR) estava composto por obras de literatura, livros didáticos, periódicos e livros de referência, totalizando 8.336 volumes, chegando a ocupar mais da metade do espaço físico de Centro:

Funcionando desde 1974 no Centro de Cultura João Ribeiro, a Biblioteca Pública ocupa mais da metade do espaço físico do Centro. Dos 175 m² de área construída do Centro, a Biblioteca ocupa 104 m², restando 48 m² para o museu e 23 m² para recepção e área de serviços (copa/cozinha e banheiros). (LIMA e CARVALHO, 1998, p. 29).

Diante das questões ligadas ao espaço, os autores fizeram uma proposta de ampliação do Centro de Cultura, com a construção de um anexo com entrada independente, no terreno localizado atrás da

Casa de Cultura João Ribeiro, comportando 91m²:

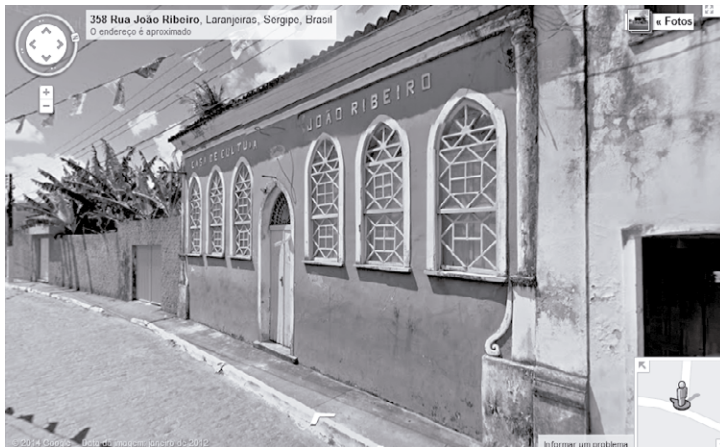
Um anexo moderno que acomode usuários/ouvintes em palestras, seminários, reuniões e que seja ocupado pelos usuários de rotina, para os trabalhos em grupo, liberando a sala de leitura hoje existente para leituras individuais. Este anexo seria uma construção de dois pavimentos, sendo o pavimento térreo destinado exclusivamente para exposições (LIMA e CARVALHO, 1998, p. 30).

O anexo a que os autores se referem estaria localizado ao fundo da Casa de Cultura João Ribeiro, possibilitando acesso a instituição pela Rua Pereira Lobo. Diante da situação, atualmente a Casa não comporta mais o acervo da biblioteca, que foi transferido para um prédio específico, situado a Rua José do Prado Franco, conforme segunda proposta dos autores: “Na impossibilidade da ampliação física no Centro de Cultura João Ribeiro, a proposta é para que a Biblioteca seja transferida para um imóvel próprio com espaço suficiente para a acomodação dos serviços atuais e futuros.” (LIMA e CARVALHO, 1998, p. 30).

A transferência do acervo da biblioteca permitiu a utilização de um maior espaço dedicado à exposição de longa duração⁵ com a temática de João Ribeiro, conforme se observa em fotografias mantidas pela instituição, atribuída ao período posterior ao ano de 2004, quando o espaço foi reaberto ao público. Segundo noticiado à época, “O espaço recebeu um investimento de cerca de R\$ 25,1 mil, para obras de troca de assoalhos - totalmente comprometidos pela ação de cupins - pintura em geral e mão de obra.” (INFONET, 2004, p.1)

5 De acordo com o caderno de diretrizes museológicas (2008, p. 14), exposição é “Uma mostra de trabalhos de arte, ciência ou história em recinto apropriado. Pode ser permanente (coleções de museus), temporária (por tempo determinado), itinerante (em várias localidades), retrospectiva, comemorativa”. E complementa: “Nota-se que hoje em dia as exposições são de “longa duração”, “de “média duração” ou de “curta duração”.

Imagem 07. Fachada da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2012.



Fonte: Google Maps.

Imagem 08. Início da Rua Pereira Lobo onde o muro amarelo possibilita o acesso ao terreno da Casa de Cultura João Ribeiro. Laranjeiras. 2012.



Fonte: Google Maps.

Imagem 09. Prédio atual da Biblioteca Pública Municipal João Ribeiro (BPMJR). Laranjeiras. 2012.



Fonte: Google Maps.

A composição da exposição de longa duração

A Casa de Cultura João Ribeiro funciona como um agente institucional dedicado à construção, preservação e comunicação da memória de João Ribeiro.⁶ Os materiais doados pela filha de João Ribeiro, Emma Luzia Ribeiro Accioly⁷ integram o acervo da instituição associado à vida privada e pública do homenageado. No local encontra-se um busto em sua homenagem e algumas réplicas de móveis como uma escrivaninha, representando o local de trabalho de João Ribeiro, além de uma estante onde estão guardados livros de sua au-

6 O primeiro capítulo deste livro intitulado “A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro” traz maiores informações sobre a exposição de longa duração.

7 Das coleções que compõem o acervo da instituição, foram catalogados pelo trabalho de Nunes (1999) os “Documentos Escritos (composta de textos manuscritos e datilografados: são cartas, cartões, anotações); Documentos Impressos (artigos de jornais e revistas); Documentos mistos (diplomas); Iconografia (fotografias em preto e branco); além de outros documentos que proporcionam a abertura de títulos para novas coleções: música impressa e materiais cartográficos. Foram catalogados 196 documentos distribuídos nas coleções citadas.” (NUNES, 1999, p. 17).

toria e documentos pessoais. De acordo com Nunes, “fazem parte do acervo museológico as coleções de Artes Plásticas, Documentos Impressos e Escritos, Iconografia, Condecorações e Medalhas, Maquinaria e Tecnologia” (NUNES, 1999, p. 21).

A exposição, entendida como forma de comunicação e fonte de memória, é um dos recursos ou práticas que os museus utilizam para garantir e gerenciar seus valores. As instituições museais sustentam-se num discurso narrativo e, nesse sentido, não vivem sem exposição. No entanto, podem utilizar outros mecanismos/recursos para a comunicação. De qualquer modo, utilizam variadas formas de linguagens para sua exposição, com a finalidade de informar ou instigar seu visitante. De acordo com Scheiner (2001):

É por meio das exposições que o museu representa, analisa, compara, simula, constrói discursos específicos cujo principal objetivo é narrar, para a sociedade, as coisas do mundo e as coisas do homem. Dessa forma, podemos entender cada exposição como uma representação do mundo de um determinado museu, num determinado momento (SCHEINER, 2001).

Em sua exposição, a Casa de Cultura João Ribeiro utiliza textos introdutórios e comunicativos, todavia utilizando mais imagens que o próprio texto. As imagens são organizadas e apresentadas em seu acervo através de quadros, retratos e desenhos. Por intermédio delas, pretende-se apresentar João Ribeiro como um grande intelectual da época, participante da sociedade carioca, um homem das letras convivendo com intelectuais da literatura brasileira. A partir das imagens, construiu-se um discurso narrativo de uma memória.

Conhecida como lugar de divulgação e fruição da memória de seu patrono no território sergipano, sua exposição possui características próprias. A instituição consegue fazer com que o visitante conheça quem foi João Ribeiro e a sua trajetória nacional e interna-

cional, evidenciando que se trata da casa onde ele residiu durante a sua infância. Seus documentos pessoais e seus escritos são expostos dando ênfase na personalidade do homenageado.

Prancha 03. Croqui da Casa de Cultura João Ribeiro.



O Patrono João Ribeiro por seus biógrafos

O Dicionário Bio-bibliográfico de Armino Guaraná (1925) ofereceu informações sobre João Ribeiro, relacionando-o com muitas obras e artigos produzidos. Assinalou que foi o primeiro sergipano eleito para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de Luiz Guimarães Júnior (1918). Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de colaborador de outras instituições. Também foi membro da Academia de Ciências de Lisboa. Já o filho de João Ribeiro, o conhecido Joaquim Ribeiro ao escrever “9 Mil Dias com João Ribeiro”, abordou as peculiaridades do genitor, apresentado como “o pintor”, “o homem que falava diferente”, “o colecionador de borboletas”, “o campeão da distração”. O filho registrou que se tratava de um “livro de alegria e bom humor, a única herança paterna que se infiltrou em meu espírito”. (RIBEIRO, 1934, p. 7). O militar, escritor e professor Arivaldo Silveira Fontes (1999) citou Humberto de Campos, um de seus colegas da Academia Brasileira de Letras, que cognominou João Ribeiro de “São João, o sábio” e “o meu santo de 24 de junho é ‘São João Ribeiro, o gramático’”. Por ocasião da morte de João Ribeiro, lamentou: “Caiu o jequitibá do Sertão” (FONTES, 1999, p. 121). O nome de João Ribeiro é também referenciado por contemporâneos, como José Lins do Rego, que escreveu:

O que ele sabe e o que ele lê não esconde dos amigos. Há nele o bom erudito, um bom professor sem ares didáticas. Um professor de quem se gosta mais das conversas do que das aulas, de quem se goza mais as histórias que as notas de aplicação. (JORNAL DE ALAGOAS *Apud* COSTA, 1998, p. 150).

Em “História da Literatura Sergipana”, Acrísio Torres Araújo citou o parecer de Manoel Bandeira, em que João Ribeiro “foi uma das



figuras mais completas de homem de letras que já tivemos no país” (FONTES, 1999, p. 121). Laudelino Freire, outro sergipano, declarou: “A João Ribeiro devo ter podido vencer as primeiras dificuldades da minha vida, com seus conselhos e principalmente seu saber” (MARQUES, 1993, p. 37). Múcio Leão, outro biógrafo e admirador, organizou 59 volumes de ensaios críticos de João Ribeiro que foram parcialmente publicados pela Academia Brasileira de Letras, e assim se expressou:

Pela universalidade de sua cultura, o esplendor de seu espírito e pelas suas opiniões, deve ser colocado no mais alto cimo da crítica, um marco literário, ao lado da grande tríade crítica: Silvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior (LEÃO *apud* MARQUES, 1993, p. 49).

De acordo com Núbia Marques (1993), parte da obra de João Ribeiro está distribuída em jornais e em arquivos dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além dos acervos localizados em Aracaju, São Cristóvão e Laranjeiras. Em “João Ribeiro Sempre”, informou que “o mestre João Ribeiro foi uma inteligência figurante que buscou, permanentemente o aperfeiçoamento: um cultural e teve na erudição o maior traço do seu caráter. [...] um homem ligado ao conhecimento em seus múltiplos aspectos” (MARQUES, 1993, p. 35). Marques (1993) também informou que José Veríssimo destacou João Ribeiro enquanto um homem que ultrapassou o nível de seus conterrâneos. Enquanto os folcloristas apenas coletavam e divulgavam a cultura popular, ele utilizou métodos e técnicas para pesquisar o folclore. De acordo com Costa (1998):

O crítico erudito sabia das coisas do povo, daí a sua paixão pelo folclore, escrevendo obra pioneira já em 1919, sub intitulada *Estudos de literatura popular*, fazendo preleções sobre tal tema na Biblioteca Nacional (COSTA, 1998, p. 23).

Sabe-se que João Ribeiro foi representante do governo do Brasil em diversos eventos no exterior: Congresso de Propriedade Literária de Dresden (1895), na Alemanha; Congresso de Catálogos das Ciências na Royal Society de Londres (1896) e no conflito anglo-brasileiro da Guiana Inglesa, em 1901, a convite de Joaquim Nabuco. (NUNES, 1999, p. 28). No Rio de Janeiro, trabalhou como jornalista, colaborando em jornais como *Gazeta da Tarde*, *Correio do Povo*, *Cidade do Rio*, jornal *País*, dentre outros, apoiando em seus escritos a campanha republicana (RIBEIRO, 1958, p. 18). Foi homenageado na imprensa do Rio de Janeiro por ocasião de seu falecimento, ocorrido em 13 de abril de 1934:

Toda a nação que lê e que pensa sabe que perde nesse homem um mestre, um puro mestre. Ele era poeta, prosador e filólogo, folclorista, esteta e crítico, romancista, humorista, polígrafo, humanista. Mais que isso, porém, era sábio. E como sábio, jornalista e professor (JORNAL DO COMÉRCIO *apud* SANTOS, 2009).

Ao analisar a escrita da história de João Ribeiro, Itamar Freitas (2007) apontou a influência da tradição evolucionista alemã. Destacou como o conhecimento histórico foi tratado com seriedade por parte do laranjeirense, sendo entendido como a verdadeira “ciência das causas, das generalizações”, mas indicou que ideias evolucionistas são constantes na obra:

[...] a teoria esboçada por João Ribeiro é plena de Filosofia da História, ainda que não centrada nos estágios teológico, metafísico e positivo. Ela fundamenta cientificamente os porquês do atraso da América frente à cultura da Europa. Ela justifica sem ressentimento as reduzidas possibilidades de o povo latino americano vir a contribuir com o ‘caudal’ da história humana – e, conseqüentemente, de entrar para a historiografia em termos de arte, ciência e política. Isso tudo, graças a Darwin (FREITAS, 2007, p. 127).



Todavia, posteriormente, Freitas (2008) considerou João Ribeiro como um dos mestres da língua brasileira, apontando que sua “História do Brasil” (1900) privilegia o acontecimento para caracterizar a origem e a formação da identidade brasileira, simplificando o vocabulário para facilitar o entendimento dos leitores. A obra, destinada a crianças dos 11 aos 19 anos, foi considerada uma inovação na didática porque inaugurou novos métodos expositivos, que por muito tempo vigorou como padrão. Para João Ribeiro, a história não poderia “ser a narrativa de sucessos casuais desordenados e incompatíveis com uma coordenação metódica e científica” (FREITAS, 2008, p. 79).

Assim como em Freitas (2007; 2008), a relação entre João Ribeiro e a historiografia recebeu a atenção de Sá (2013), que o considerou como “[...] um dos principais intelectuais do final o século XIX e início do século XX nas áreas de história e letras no Brasil.” (SÁ, 2013, p. 22). Apesar de o interesse central ser refletir sobre a historiografia, não deixou de perceber o alcance do conjunto de sua obra, passando pela poesia, folclore, literatura, história, gramática, filologia, e considerou os traços estabelecidos Múcio Leão, visto como o principal biógrafo de João Ribeiro:

Em tudo ele andou como um homem (...) que jamais dizia a última palavra sobre um assunto, um homem que estivesse a estudar de novo cada coisa de que tratasse, para dizer sobre uma palavra nova (LEÃO *apud* SÁ, 2013, p. 22).

Em recente contribuição para o estudo de João Ribeiro, Rodrigues (2013) considerou a atuação de Múcio Leão e de Joaquim Ribeiro enquanto os principais agenciadores da construção da imagem do intelectual, destacando os pontos enaltecidos e principalmente os esquecidos em sua biografia. Analisando o material recolhido por Múcio Leão, Rodrigues deu atenção às diversas fases da trajetória de vida de João Ribeiro, a condição familiar em Sergipe; o esforço para

se fixar no Rio de Janeiro; os primeiros trabalhos e a conquista do emprego como professor no Colégio Pedro II; as correspondências com os amigos, em que solicitava auxílio para seus projetos pessoais; os dramas decorrentes da perda de filhos; as apostas como pintor e escritor; os planos de mudar-se para a Europa. Em sua abordagem, Rodrigues indicou que os trabalhos anteriores promoveram a fabricação da figura de João Ribeiro, principalmente por conta dos escritos do filho Joaquim e do amigo Múcio Leão:

Nos doze capítulos do pequeno livro é evidente o esforço do autor em fabricar um personagem com perfil que se aproximasse da imagem que tinha do iluminista francês Voltaire, em suma, um sujeito versado em diversas disciplinas, focado no trabalho, mas altamente generoso, brincalhão e avesso aos rigores e formalidades, o que o fazia notório entre os colegas (RODRIGUES, 2013, p. 383).

Ao falar sobre João Ribeiro, Rodrigues (2013) informou que Joaquim Ribeiro e Múcio Leão trataram de “limpar as dores” e de “aparar as arestas do cotidiano”, construindo um personagem tal como um “imortal”. Mas o esforço de fabricação deixou pistas, como cartas e não ditos, que foram analisados com atenção pelo professor de história da História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Este panorama se desdobra como narrativa museológica no ambiente que temos investigado, afinal, as seleções de objetos expostos pretendem dimensionar e evidenciar tal trajetória de um “imortal”, de maneira que os escritos destes biógrafos bem como a atuação de integrantes da família Ribeiro podem ser capturados também na linguagem, na narrativa e na expografia, conforme atestam as coleções presentes neste espaço e suas apresentações.



CAPÍTULO IV

O ACERVO MUSEOLÓGICO DA CASA DE CULTURA JOÃO RIBEIRO

O livro de tomo da Casa de Cultura João Ribeiro conta com o registro de 518 documentos, compondo um acervo diversificado. De acordo com Nunes (1999, p. 17-21), o acervo museológico está distribuído em cinco coleções: 1) Artes Plásticas; 2) Documentos Impressos e Escritos; 3) Iconografia; 4) Condecorações e Medalhas; 5) Maquinaria e Tecnologia. Além do acervo museológico, o livro de tomo mantém o registro do acervo bibliográfico, que foi destinado ao uso pela comunidade. No catálogo organizado por Nunes, foram consideradas 196 documentos pertencentes às coleções 2 e 3. A maior parte dos registros diz respeito a livros (total de 223 registros), destacando-se 32 volumes de autoria de João Ribeiro e 14 volumes de Joaquim Ribeiro. A Coleção de Artes Plásticas conta com 62 registros. Além dos quadros de autoria atribuída a João Ribeiro (5), destacam-se ainda obras de artistas como Clóvis Graciano (10), Alfredo Volpi (3) Cícero Dias (10) Elias Santos (9) e Bené Santana (2).¹ Apesar da ênfase da exposição ser comunicar a memória de João Ribeiro, percebe-se que o conjunto do acervo não diz respeito em exclusivo a essa finalidade. Por conta

1 Conforme livro de tomo da instituição com último registro de objeto em 02 de janeiro de 2006.

do recorte temático da pesquisa, foram considerados apenas os documentos ligados a sua trajetória de vida, relacionados em seguida:

Quadro 02. Lista de Documentos do Acervo Museológico

OBJETO	COLEÇÃO	LOCAL	TOTAL
Diplomas	Documentos Impressos e Escritos (2)	4 em exposição de longa duração e 2 em reserva técnica	6
Medalhas	Condecorações e Medalhas (4)	Em exposição de longa duração	4
Quadros	Artes Plásticas (1)	Em exposição de longa duração	5
Objeto de uso pessoal	Maquinaria e Tecnologia (5)	Em exposição de longa duração	1
Total:			16

Fonte: Livro de Tombo da Instituição

Deste conjunto, apenas 02 documentos estudados encontram-se na reserva técnica. Optou-se por mantê-los na análise para que não se dispensasse nenhum dos diplomas conferidos a João Ribeiro que foram salvaguardados pela Casa. Assim, os 16 (dezesseis) documentos selecionados são representativos, pois dizem respeito: a) a todos os diplomas conferidos a João Ribeiro (Coleção 2); b) a todas as medalhas de condecoração (Coleção 4); c) a todos os quadros atribuídos a sua autoria (Coleção 1) e; d) ao objeto pessoal exposto (Coleção 5).

A abordagem da pesquisa prevê a percepção de todos os objetos como documentos, considerando-se não apenas as características físicas², mas também seu respectivo suporte de informação. Esse tratamento foi possível com a utilização da ferramenta da ficha de inventário, adequada à quantidade de informação disponibilizada pela Casa em relação ao objeto, além de outras informações obtidas a partir de processos simples de medição. O preenchimento das fichas garantiu a sistematização de uma documentação secundária, considerando o documento físico como a matriz de todas as informações complementares, que podem estar a ele atrelado.

2 As fichas de inventário estão disponíveis no apêndice.



Prancha 04. Composição do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro.

Acervo Museológico	Acervo Bibliográfico
<p style="text-align: center;">COLEÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artes Plásticas • Documentos impressos e escritos • Iconografia • Condecorações e Medalhas • Maquinaria e Tecnologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Acervo destinado ao uso pela comunidade

Fonte: NUNES, Verônica M. Meneses; FREITAS, Itamar; CRUZ, Gabriela Z. Queiroz. **Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro**. São Cristóvão: UFS, 1999, p. 17-21.

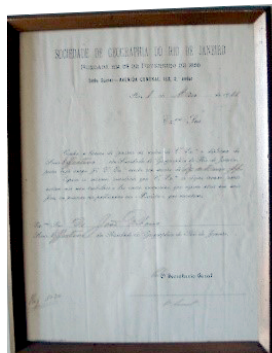
Os diplomas e a trajetória de vida de João Ribeiro

Na ordem simbólica, os diplomas atravessam o tempo e continuam presentes, mesmo na ausência de João Ribeiro. Mantém viva a memória do intelectual, traço constante de sua personalidade, conforme foi descrita primeiramente pelos admiradores Joaquim Ribeiro e Múcio Leão. Os documentos são a chancela de sua atuação, reproduzida por todos que deram atenção a sua experiência de vida. Os primeiros da série datam do ano de 1911, ambos emitidos pela *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*:

Imagem 10. Diploma de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (mar/1911)



Imagem 11. Diploma de sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (mai/1911)



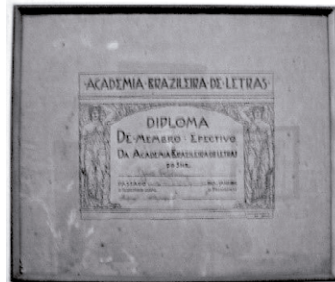
Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras: 2013).

Os diplomas estão expostos na Sala de Exposição de Longa Duração 01 (Prancha 3). São os mais antigos (1911) pertencentes à Casa. Durante essa fase da vida, João Ribeiro havia realizado duas viagens à Europa (1895 e 1901). Após conhecer Berlin (primeira viagem), estava resolvido em fixar residência no velho mundo (RODRIGUES, 2013, p. 389-91). Foram vários pedidos endereçados sem sucesso ao embaixador Joaquim Nabuco para financiamento de seu propósito de mudança. Pouco tempo depois, “Conforme as notas biográficas de Múcio Leão (1954), em 1913, vendeu a casa que possuía em Santa Tereza, no Rio de Janeiro, se desfaz do seu maior patrimônio – sua biblioteca – e segue para a Europa.” (RODRIGUES, 2013, p. 391). Seria sua última viagem, pois a primeira guerra mundial (1914) o obrigaria a retornar para o Rio de Janeiro. O ano de 1914 marca o registro de seu diploma como sócio efetivo do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a data de 15 de fevereiro de 1918 o seu diploma como membro efetivo da *Academia Brasileira de Letras*:

Imagem 12. Diploma de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (mai/1914)



Imagem 13. Diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras (fev/1918)



Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

Em contraste a condição de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), João Ribeiro deixou de ser, no ano de 1926, membro do congênere sergipano. As revisões de Núbia Marques (1996, p. 57) e Joaquim Ribeiro (1934, p. 60) narram sua saída do Insti-

tuto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). O fato se deu por conta da negativa do laranjeirense em reconhecer o dia 24 de outubro como data da emancipação política de Sergipe. Segundo narrativa do filho Joaquim Ribeiro (1934), os sergipanos ficaram “enciumados” somente porque seu pai foi fiel à história admitindo a data de emancipação política de Sergipe apenas em 20 de julho, data da assinatura da carta régia de D. João VI. Núbia Marques (1996), em semelhante defesa, lembrou que Thétis Nunes comprovou posteriormente sobre a ausência de documentos históricos que marcassem o dia 24 de outubro como data da emancipação. Assim, a polêmica rendeu (ou subtraiu) um diploma a menos na Casa que guarda sua memória.

Em relação ao diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras (ABL) apesar de constar no documento o ano de 1918, os textos biográficos de Marques (1996) e Rodrigues (2013) apresentam 1898 como o ano de seu ingresso a ABL, enquanto o dicionário de Guaraná (1925) mantém a data de 1918. O diploma também está exposto na Sala de Exposição de Longa Duração 01 (Prancha 3). Completando a série de diplomas, constam, da década de 1920, os referentes à sócio da *Academia Scientiarum Olisiponensis* e de membro correspondente da *The Hispanic Society of América*:

Imagem 14. Diploma de sócio da Academia Scientiarum Olisiponensis (Abr/1921)

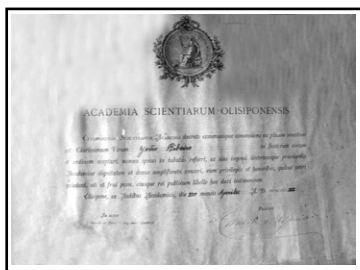


Imagem 15. Diploma de membro correspondente da The Hispanic Society of América (Nov/1929)



Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

Destaca-se o fato de João Ribeiro ter promovido intercâmbios com sociedades sediadas nas cidades de Corvallis e New York, nos Estados Unidos, do decorrer da década de 1920, quando, após um período de aquecimento do consumo, a sociedade americana teve que enfrentar sua primeira grande crise econômica em 1929. À época com 69 anos, não há informações sobre se ele nutria algum interesse em instalar-se em algum outro país fora da Europa. Com a apresentação dos seis diplomas mantidos no acervo da Casa de Cultura João Ribeiro, consideramos que esses documentos, no sentido museológico, podem ser percebidos enquanto suporte da informação que reitera a personalidade de um intelectual, conforme foi estabelecido nos trabalhos biográficos de Joaquim Ribeiro e Múcio Leão. Ao mesmo tempo, os documentos podem chamar a atenção para a trajetória de João Ribeiro em sua experiência de vida na Europa (final de século XIX e início do século XX) e seu projeto de mudança de domicílio, não efetivado por conta da primeira grande guerra. É de se imaginar a decepção sentida ao ter que voltar para o Brasil, tendo em vista os esforços até então empreendidos no projeto de moradia na Europa, conforme as notas biográficas de Rodrigues (2013).

As medalhas e a fabricação de um imortal

Expostas em vitrina na Sala de Exposição de Longa Duração 01, no mesmo ambiente em que encontramos os diplomas, com as medalhas mantêm-se a atmosfera de homenagem. Duas delas foram concebidas num mesmo contexto, de comemoração ao centenário de nascimento de João Ribeiro (1960). Procuram estabelecer um consenso sobre a memória de João Ribeiro, mantendo vivas as marcas de seu passado.



Imagem 16. Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro (1860/1960)



Imagem 17. Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro (1860/1960)



Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

A medalha da imagem 16 testemunha a atuação de Múcio Leão que, conforme argumentação de Rodrigues (2013), juntamente com Joaquim Ribeiro traçou o perfil do intelectual com ênfase em suas fases de reconhecimento, integrando o esforço realizado em reunir as publicações de João Ribeiro que, de acordo com Silva (2008), chegaram a 59 volumes. Para além do bronze de sua natureza material, as medalhas guardam o signo da veneração. Cunhadas após sua experiência de vida, elas cumprem uma função monumental, assim como o busto situado no hall de acesso. Tais documentos, assim construídos, guardam a intencionalidade de afirmar a monumentalidade da figura de João Ribeiro, contribuindo para o que Rodrigues (2008) tratou como “a fabricação de um imortal”. Idêntica intenção é transferida às duas outras medalhas expostas, que o condecorou em vida.

Imagem 18. Medalha de participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro (1922)



Imagem 19. Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe (1932)



Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

Tendo chegado ao presente, as medalhas perpetuam uma posição conquistada em vida, dando prosseguimento aos efeitos de homenagem e reconhecimento de sua intelectualidade, conforme a primeira informação enunciada através dos diplomas. Não é por acaso que os diplomas e as medalhas ocupam a primeira sala de exposição de longa duração (Prancha 3). As medalhas da imagem 18 e imagem 19 são vetores sociais. Querem informar sobre as relações estabelecidas entre o intelectual e a reflexão, o pensamento, a literatura e produção do saber.

Os quadros de João Ribeiro e sua busca por afirmação social

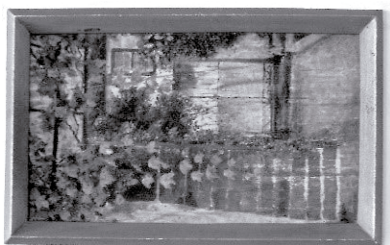
A pintura foi lembrada por Joaquim Ribeiro como uma das paixões de seu pai. Apesar de conterrâneo do renomado pintor Horácio Hora, foi somente na Alemanha que fez curso de pintura, ministrado pelo professor Wildeburd Winck. Em Milão, freqüentou a sala de Bar-tezzago (SILVA, 2008, p. 31). Todavia, a análise de Silva (2008, p. 28) classificou a atividade de pintura de João Ribeiro como algo que não ultrapassou o diletantismo. De qualquer maneira, o livro de tombo da

Casa de Cultura João Ribeiro reservou seus primeiros cinco registros a cinco telas, cuja autoria está atribuída ao laranjeirense.

Imagem 20. Quadro Perfil de Mulher (Óleo sobre tela)



Imagem 21. Recanto da Casa (Óleo sobre madeira)



Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

Os trabalhos de arte estão expostos Sala de Exposição de Longa Duração 02 (Prancha 3) enquanto exemplares de sua criação artística. Não há informações sobre o ano dos trabalhos. As telas da imagem 21 e imagem19 foram produzidas pela técnica óleo sobre tela. A tela da Imagem 20 é a única que não representa paisagens, mas apenas o perfil de uma mulher. A seguir, na imagem 22, imagem 23 e imagem 24, estão as réplicas das demais paisagens concebidas por João Ribeiro:

Imagem 22. Paisagem III (Óleo sobre madeira) **Imagem 23.** Paisagem II (Óleo sobre madeira)

Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

Imagem 24. Paisagem II (Óleo sobre tela)

Fonte: Acervo da pesquisadora (Laranjeiras, 2013).

Sem entrar no mérito da habilidade do pintor, o que se pretende destacar é que a existência dos quadros, sua “sobrevivência” ao passado, já é algo relevante, principalmente quando o que está em questão são o trabalho e a trajetória de afirmação social do autor, conforme argumentação de Rodrigues (2013, p. 390), ao afirmar que o ano de 1900 foi palco para realização de dois trabalhos decisivos à carreira de João Ribeiro. Após as aulas de pintura tomadas na Alemanha, resolveu produzir telas para a montagem de uma exposição de quadros. No mesmo ano, publicou uma série de livros que o consa-

graria como historiador. O primeiro trabalho recebeu duras críticas, enquanto o segundo foi acolhido com entusiasmo. Com o sucesso dos livros, João Ribeiro gradativamente conquistou “seu lugar” junto à intelectualidade carioca e brasileira, consolidou seu perfil erudito, sua posição de “polígrafo interessado” (SILVA, 2008). Diante das críticas à pintura, concentrou-se nas publicações, enfim sua “vocaçãõ”:

Aos vinte anos de idade, pretendeu fazer-se médico, depois engenheiro e acabou bacharel em direito. Segundo Lúcio Leão, “Simultaneamente com essas tentativas de encontrar uma vocação e uma carreira, ia-se entregando a outras atividades, mais de acordo com o seu espírito: continuava a estudar arquitetura, pintura e música, os vários ramos da literatura, e, sobretudo filologia”. (RODRIGUES, 2013, p. 392).

As pinturas atribuídas a João Ribeiro conseguem evocar uma referência ao período que antecedeu sua consolidação na área das letras e história, essa que foi a fase mais explorada pelo biógrafo Múcio Leão bem como o filho Joaquim Ribeiro. As pinturas surgiram no período ainda marcado por instabilidades, começando pela indecisão vocacional, mas também dificuldades financeiras, pois não foi fácil para o sergipano de família sem grandes posses sair do seu “torrão” natal com destino ao Rio de Janeiro:

Fixar-se nessa fase é iluminar um dos momentos de maior dificuldade na vida de João Ribeiro e de tantos outros que, como ele, foram tentar a vida na capital do Império. Sua trajetória parece ilustrativa das experiências compartilhadas por uma geração de intelectuais, tais como Sílvio Romero, Gustavo Barroso e Capistrano de Abreu que, vindos do norte, traziam como maior fortuna a inteligência, pequena experiência como jornalista e poeta na cidade natal e o sonho de fazer-se notado pelo conhecimento adquirido. (RODRIGUES, 2013, p. 392).

As pinturas de João Ribeiro podem trazer as impressões de um intelectual em formação, experimentando diversas áreas, procurando a tarefa a que melhor se encaixasse e se identificasse. Mesmo após a conquista da estabilidade financeira com a nomeação para professor no Colégio Pedro II, trabalharia até consolidar seu *status* social, o que se processou com os livros publicados e com a atuação nos jornais cariocas. Juntamente com a descrição romanceada do filho Joaquim Ribeiro, em que “todos nós, eu, os meus irmãos pequenos e às vezes algum moleque, filho da cozinheira, nos apinhávamos em redor dele, bisbilhotando, discutindo, num espanto ingênuo enquanto a tela se transformava em cores.” (RIBIERO, 1934, p. 16), as pinturas chamam atenção para um João Ribeiro que ainda não havia “decolado” como intelectual na sociedade carioca, o que somente ocorreu após as publicações de 1900.

O relógio: do objeto de uso pessoal ao documento

Conforme o exemplo disseminado na área da Museologia, ninguém vai a um museu observar um relógio exposto apenas para saber as horas. No museu, o relógio não é mais um objeto funcional, com a utilidade de contar o tempo. Sua relação com as pessoas modifica-se, assumindo novas funções a assimilando um novo conteúdo simbólico. Quando se trata de um objeto pessoal musealizado e transformado em documento no museu, ocorre um deslocamento de objetos e coleções do campo pessoal para o público que precisa ser estudado.

Em vitrina de madeira e base de ferro, a Casa de Cultura João Ribeiro expõe, em Sala de Exposição de Longa Duração 01 (Prancha 3) um relógio ômega (imagem 25) em bom estado de conservação. De acordo com livro de tombo, o item foi doado pela família, tendo pertencido a João Ribeiro. O registro informou ser fabricado em ouro:



Imagem 25. Relógio Omega que pertenceu a João Ribeiro



Musealizado, o relógio deixou de marcar as horas, passando a cumprir a função de aproximação do visitante com o principal personagem da Casa. Do ponto de vista físico, não houve mudanças no objeto que, com alguns reparos, pode até mesmo voltar a contar as horas. No museu, todavia, a mudança ocorreu no campo da percepção. Apesar dos mesmos atributos físicos, o objeto ganhou novas valorizações, associados aos conhecimentos produzidos no museu e seu sistema documental. Ao invés de contar as horas, o relógio passou a registrar a presença de seu antigo dono, graças ao poder que lhe foi conferido por conta de sua trajetória, quando foi propriedade particular de alguém tido como importante.

Um documento pessoal ganhou o espaço público, contribuindo para se fazer lembrar alguém, mantendo uma memória através de uma peça que foi anteriormente destinada ao uso de um tipo de cultura material e que agora assumiu a função de documento. Se fôssemos além desta proposição documental, poderíamos afirmar, a partir do relógio de ouro pertencente a João Ribeiro, o quanto o tempo é im placável, o quanto as coisas estão inclinadas à mudança e o quanto o tempo, petrificado nas musealizações aqui consideradas, também indicam essa maneira sergipana e antiga de lidar com seus “imortais”.

CAPÍTULO V

REVISITANDO BIOGRAFIAS SOBRE JOÃO RIBEIRO¹

Neste capítulo pretendeu-se detalhar os trabalhos escritos sobre a memória e a biografia de João Ribeiro que podem ser encontrados em Sergipe, com o objetivo de compreender a trajetória do laranjeirense que se destacou no Rio de Janeiro como jornalista, professor e intelectual. Além da consulta ao consagrado dicionário bibliográfico de Armindo Guaraná (1925), foi realizada a revisão da literatura a respeito do autor, destacando-se os trabalhos de Marques (1993), de seu filho Joaquim Ribeiro (1958) Costa (1998) e Freitas (2007). O levantamento bibliográfico foi o ponto de partida para a pesquisa de iniciação científica que tratou da memória e da Casa de Cultura João Ribeiro, refletindo sobre os esquecimentos da história.

O que dizem seus biógrafos

O polígrafo João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes foi um laranjeirense nascido em 24 de junho de 1860. Após os vinte anos,

1 As reflexões contidas neste capítulo foram comunicadas durante o IV Seminário Nacional Literatura e Cultura, promovido pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) entre 3 e 4 de maio de 2012. Este capítulo apresenta uma revisão mais extensa e detalhada dos elementos biográficos indicados na parte final do capítulo III deste livro.



transferiu-se para o Rio de Janeiro onde ganhou projeção no cenário nacional como jornalista, professor, dentre outras atuações como intelectual. A Casa de Cultura João Ribeiro, localizada na cidade de Laranjeiras/SE, foi criada em 1973 com a intenção de difundir e preservar a cultura da cidade, posteriormente tornando-se um museu dedicado à preservação, divulgação e na pesquisa da memória de seu patrono.

A instituição apresenta um acervo que está associado à vida privada e pública de João Ribeiro consistindo em obras literárias do intelectual e de outros artistas, crônicas, artigos, medalhas de condecoração, um busto do homenageado, diplomas, fotografias de seus familiares e pinturas que retratam sua figura e a sua personalidade. No local também se encontram alguns móveis como a réplica da escrivaninha onde João Ribeiro trabalhava e um móvel representando a biblioteca onde estão expostos alguns livros de sua autoria e documentos pessoais. Em meio a esse lugar destaca-se a comunicação da memória que se apresenta através desse acervo.

Em uma releitura da exposição, que apresenta os usos do lugar, e a partir de leituras realizadas de textos escritos por diversos autores, destaca-se, nesse contexto, a personalidade de um homem intelectual. Analisando a instituição museal, percebe-se que sua exposição utiliza formas simples de interpretação, que procuram explorar a memória através de imagens distribuídas pelo ambiente. A Casa de Cultura João Ribeiro apresenta-se como uma instituição cultural dedicada à memória de um “sergipano de Laranjeiras”. Percebe-se uma preocupação constante em relação à memória do homenageado que se apresenta nos usos do lugar, um prédio que foi a residência em parte de sua infância, que é preparado para guardar, logo à entrada, um busto em sua homenagem. No mesmo lugar, é reproduzido o que seria a biblioteca do patrono, a partir de livros oriundos do acervo pessoal e/ou doados por sua família.

Finalmente, guarda-se uma memória familiar, semelhante à ensaiada no livro de Joaquim Ribeiro (1958), diante dos quadros, fotografias, medalhas, diplomas e textos de dedicatórias de livros, expostos com a proposta de evidenciar a sua trajetória. Percebe-se que a instituição patrimonial converge em sua expografia os principais valores associados ao homenageado, que atravessam o referido lugar para ganhar espaço em diversas produções bibliográficas, produzidas por familiares, amigos de familiares e por trabalhos de pesquisa realizados em Sergipe.

Depois de fazer os cursos primário e secundário em Laranjeiras, na sua adolescência, foi para a cidade de Salvador cursar medicina, mas interrompeu seus estudos. Em 1881 transferiu-se para o Rio de Janeiro onde aprofundou seus estudos em literatura e filologia. Os dados bibliográficos constantes do “Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro” relatam que ele tentou cursar Medicina na Bahia e Engenharia no Rio de Janeiro, mas desistiu por “falta de vocação”. Em 1890, João Ribeiro tomou posse no Colégio Pedro II como professor de História Universal e do Brasil, embora tenha sido aprovado para a cadeira de Português, em 1887. Algum tempo depois, em 1894, concluiu seu bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

João Ribeiro foi representante do governo do Brasil em diversos eventos no exterior: Congresso de Propriedade Literária de Dresden (1895), na Alemanha; Congresso de Catálogos das Ciências na Royal Society de Londres (1896) e no conflito anglo-brasileiro da Guiana Inglesa, em 1901, a convite de Joaquim Nabuco. No Rio de Janeiro, trabalhou como jornalista, colaborando em jornais como *Gazeta da Tarde*, *Correio do Povo*, *Cidade do Rio*, jornal *País*, dentre outros, apoiando em seus escritos a campanha republicana (RIBEIRO, 1958, p.18). Faleceu em 13 de abril de 1934, sendo lembrado na imprensa do Rio de Janeiro:



Toda a nação que lê e que pensa sabe que perde nesse homem um mestre, um puro mestre. Ele era poeta, prosador e filólogo, folclorista, esteta e crítico, romancista, humorista, polígrafo, humanista. Mais que isso, porém, era sábio. E como sábio, jornalista e professor (JORNAL DO COMÉRCIO *apud* SANTOS, 2009).

Devido à repercussão de suas obras, João Ribeiro possuiu uma grande fortuna crítica. Ao menos é o que se conclui da leitura do trabalho de Núbia Marques (1993), “João Ribeiro Sempre”, ao tratar que “o mestre João Ribeiro foi uma inteligência figurante que buscou, permanentemente o aperfeiçoamento: um cultural e teve na erudição o maior traço do seu caráter. [...] um homem ligado ao conhecimento em seus múltiplos aspectos” (1993, p.35). Citado por Núbia Marques (1993), José Veríssimo destacou que João Ribeiro ultrapassou o nível de seus conterrâneos. Enquanto os folcloristas coletavam e divulgavam a cultura popular, ele utilizou métodos e técnicas para pesquisar o folclore. De acordo com Costa (1998):

O crítico erudito sabia das coisas do povo, daí a sua paixão pelo folclore, escrevendo obra pioneira já em 1919, sub intitulada *Estudos de literatura popular*, fazendo preleções sobre tal tema na Biblioteca Nacional (COSTA, 1998, p.23).

Segundo Itamar Freitas (2008), João Ribeiro é considerado um dos mestres da língua brasileira. De acordo com este pesquisador, a “História do Brasil” privilegiou o acontecimento para caracterizar a origem e a formação da identidade brasileira, simplificando o vocabulário para facilitar o entendimento dos leitores e estudantes. Assim, o nome de João Ribeiro sempre foi referenciado por seus contemporâneos, como por exemplo, José Lins do Rego, que escreveu “O velho João Ribeiro”:

O que ele sabe e o que ele lê não esconde dos amigos. Há nele o bom erudito, um bom professor sem ares didáticas. Um professor de quem se gosta mais das conversas do que das aulas, de quem se goza mais as histórias que as notas de aplicação (Jornal de Alagoas *Apud* COSTA, 1998, p.150).

Segundo Manoel Bandeira, citado por Acrísio Torres Araújo em “História da Literatura Sergipana”, João Ribeiro “foi uma das figuras mais completas de homem de letras que já tivemos no país” (FONTES, 1999, p 121). Múcio Leão, biógrafo e admirador que organizou 16 (dezesesseis) volumes de ensaios críticos de João Ribeiro parcialmente publicados pela Academia Brasileira de Letras, assim se expressou:

Pela universalidade de sua cultura, o esplendor de seu espírito e pelas suas opiniões, deve ser colocado no mais alto cimo da crítica, um marco literário, ao lado da grande tríade crítica: Silvio Romero, José Veríssimo e Araripe Júnior (MARQUES, 1993, p. 49).

Laudelino Freire, outro sergipano, declarou: “A João Ribeiro devo ter podido vencer as primeiras dificuldades da minha vida, com seus conselhos e principalmente seu saber” (MARQUES, 1993, p. 37). Arivaldo Fontes (1999) citou Humberto de Campos, seu colega na Academia Brasileira de Letras, que cognominava João Ribeiro de “São João, o sábio”; “o meu santo de 24 de junho é ‘São João Ribeiro, o gramático’”. Por ocasião da morte de João Ribeiro lamentou: “Caiu o jequitibá do Sertão” (FONTES, 1999, p.121). Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro escreveu “9 mil dias com João Ribeiro”, com muitas peculiaridades do genitor, a exemplo de “o pintor”, “o homem que falava diferente”, “o colecionador de borboletas”, “o campeão da distração”. Seu filho registrou que esse era um “livro de alegria e bom humor, a única herança paterna que se infiltrou em meu [seu] espírito”. (RIBEIRO, 1934, p.7). Armindo Guaraná (1925) em seu “Dicionário



Biobibliográfico” ofereceu informações sobre quem foi João Ribeiro detalhando e relacionando-o com muitas obras e artigos por ele produzidos. Assinalou que foi o primeiro sergipano eleito para a Academia Brasileira de Letras e ocupou com “muito brilho” a cadeira de Luiz Guimarães Júnior (1918). Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de inscrito e colaborador de outras instituições. Também foi membro da Academia de Ciências de Lisboa.

Consta como folclorista, pintor e jornalista muito atuante, escrevendo para *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *O Dia* e muitos outros jornais. Teve uma atuação intelectual intensa. Sua “História do Brasil” (1900) era destinada a crianças dos 11 aos 19 anos, sendo considerada uma “inovação na didática”, porque inaugurou novos métodos expositivos que por muito tempo vigorou como padrão. Para João Ribeiro, a História não poderia “ser a narrativa de sucessos casuais desordenados e incompatíveis, com uma coordenação metódica e científica” (FREITAS, 2008, p. 79).

Como filólogo, produziu uma modelar “Gramática Portuguesa” (1886-87), “Dicionário Gramatical” (1889) e a “Língua Nacional” (1921). Foi contemporâneo de Silvio Romero, outro sergipano, com quem colaborou na produção do “Compêndio de História da Literatura Brasileira”, escrevendo alguns capítulos dessa obra, discutindo os poetas e cronistas dos séculos XVI ao XIX. Conviveu com Machado de Assis, Artur Azevedo, Olavo Bilac, José Veríssimo e outros intelectuais como atesta foto constante do acervo da Casa de Cultura. O homem João Ribeiro se autointitulava um “sertanejo urbanizado”. Apesar desta “modéstia” existiu uma polêmica entre seus conterrâneos partindo do princípio de que esse sergipano desprezava a sua condição de nordestino e não amava Sergipe. Depois que foi para o Rio de Janeiro, nunca mais haveria voltado a Laranjeiras, mas cons-

ta em escritos que ele não a teria esquecido. Transcrito do Jornal do Brasil, edição de 24/10/1925, expressou: “Sergipe é a minha terra, e que bela terra! Canaviais verdes e extensos que aveludam os campos, igrejas brancas e sonoras, rios lentos e céu sempre azul. É um paraíso”. (MARQUES, 1993, p.169). A antropóloga Beatriz Góis Dantas (1999, p.11) apontou no Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro que: “*É preciso ampliar as marcas da presença do escritor na casa onde ele nasceu e, dessa forma, transformá-la num centro de referência para os pesquisadores*”. Ao tratar da importância do Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro, Dantas (1999) informou que o mesmo:

Descreve detalhadamente as fontes do arquivo pessoal desse homem que, nascido em Sergipe na segunda metade do século passado, emigra e consegue destacar-se por sua atuação no campo intelectual. Radicado no Rio de Janeiro, projeta-se no cenário nacional como uma alentada e significativa produção enfiada de vários livros ou dispersas em muitos jornais. Conhecido como poeta, pintor, folclorista, gramático, historiador, crítico, professor, ensaísta, polígrafo e por aí a fora, a etiqueta de sua multifacetada obra demandaria em esforço sempre inacabado, pois sua ampla produção é sempre um campo aberto a novas indagações. (DANTAS *apud* NUNES, 1999, p. 9-10).

Itamar Freitas (2007) pretendeu analisar a escrita da história compreendida por João Ribeiro, apontando a influência da tradição evolucionista alemã. Destacou como o conhecimento histórico foi tratado com seriedade por parte do laranjeirense, sendo tratada como a verdadeira “ciência das causas, das generalizações”. As ideias evolucionistas, todavia, foram indicadas como constantes em sua obra:

[...] a teoria esboçada por João Ribeiro é plena de Filosofia da História, ainda que não centrada nos estágios teológico, meta-



físico e positivo. Ela fundamenta cientificamente o os porquês do atraso da América frente à cultura da Europa. Ela justifica sem ressentimento as reduzidas possibilidades de o povo latino americano vir a contribuir com o ‘caudal’ da história humana – c, conseqüentemente, de entrar para a historiografia em termos de arte, ciência e política. Isso tudo, graças a Darwin (FREITAS, 2007, p. 127).

Portanto, no território sergipano encontramos uma diversidade de artigos e documentos que falam sobre João Ribeiro. A instituição Casa de Cultura João Ribeiro apresenta diversos desafios a respeito da sua expografia neste contexto. Já que se trata de uma instituição museológica, deve manter pesquisas constantes a respeito de seu patrono respeitando os critérios metodológicos da Museologia. Atualmente, a expografia do lugar expressa um trabalho de “imaginação museal” (CHAGAS, 2009), tematizando os momentos mais enfáticos de João Ribeiro. No busto em sua homenagem, na encenação da biblioteca e na “Sala do Silêncio”, momentos fundamentais da exposição, caracteriza-se apenas a figura e a personalidade que se quer “imortalizar”. Os quadros, as fotografias e as pinturas enaltecem o patrono em suas relações sociais, pois a força desta memória está focada no investimento da consistência de seu convívio com outras “grandes figuras” do cenário nacional e local. Nesse ponto, as dúvidas ou os conflitos sobre o “amor” ou “desprezo” em relação a Sergipe não foram contemplados. Ainda que tais conflitos pareçam ter relação com a fase posterior a sua desfiliação ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), quando desafetos lançaram incertezas ao patrono, enfatizando sua desistência ao curso de medicina e o fato de não ter voltado à cidade que dizia tanto amar, nem mesmo para tirar férias, tais episódios poderiam ganhar contornos especiais no projeto expográfico.

O argumento primeiramente levantado por João Ribeiro a respeito da inconsistência histórica do dia 24 de outubro como dia a

emancipação de Sergipe foi posteriormente ratificado pela historiadora sergipana Thétis Nunes. Se uma data foi o maior motivo para João Ribeiro ter colecionado desafetos, hoje essa mesma data reatualiza-se na afirmação do extinto feriado da emancipação como “o dia da sergipanidade”. Os responsáveis pelas operações em torno da história oficial local têm carregado de novos sentidos essa data que, no passado, foi motivo de discórdias e intrigas intelectuais e pessoais. À propósito da “sergipanidade”, o feito argumentativo de João Ribeiro poderia estar sendo reparado pela Casa de Sergipe com o apelo de eficiente expografia da Casa de Cultura João Ribeiro. As possibilidades narrativas não se encerram e muitos “não ditos” aguardam chances para serem contados.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto no decorrer deste livro, o acervo museológico da Casa de Cultura João Ribeiro está composto por objetos diversificados, não se resumindo aos ligados à figura do homenageado. No entanto, a exposição de longa duração do lugar privilegia dos documentos que se relacionam com o patrono de acordo com o estudo dos seis diplomas, quatro medalhas, cinco quadros de autoria atribuída a João Ribeiro e do objeto de uso pessoal compõe um trabalho de recorte pertinente a um trabalho inicial. Todos os objetos estudados encontram-se musealizados, enunciando mensagens aos visitantes. Foi possível tratar desses objetos como documentos no sentido museológico, ou seja, enquanto base material e suporte de informação. Ao revisar o saber produzido acerca da figura de João Ribeiro, promovemos novas percepções aos documentos, que podem produzir, como efeito, uma nova dinamização das mensagens enunciadas no lugar.

A sistematização de informações em fichas de inventário dispostas no apêndice do livro possibilita uma visão panorâmica dos documentos físicos (matriz das informações), procedimento que pode ser reproduzido à totalidade do acervo museológico da Casa de Cultura João Ribeiro. Portanto, todo o trabalho de investigação e publicação neste livro contribui na efetivação de um dos requisitos da documentação museológica, instrumento indispensável para

a organização e salvaguarda do acervo institucional. A seleção da temática ocorreu respeitando as condições de acesso da instituição, ocasionando uma escolha que pode contribuir para a melhoria do tratamento dos demais documentos, produzindo arquivos relevantes para futuras intervenções.

Recebendo o amparo técnico dos sistemas estaduais de cultura, a instituição não guarda muito além daquilo que está exposto, visto que sua reserva técnica é circunstancial e tendo em vista que há objetos dela recebendo o cuidado em outros espaços do sistema, como é o caso do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Se expressássemos que o lugar como quaisquer outras “casas museus” não guarda, mas revela uma herança, estaríamos depondo contra a materialidade dos objetos que encontramos, bem como a materialidade do lugar, uma construção situada da segunda metade do século XIX, integrada à totalidade do sítio histórico urbano tombado pelo órgão máximo do patrimônio nacional.

Fora o propósito de “guardar” que movera familiares de João Ribeiro no século XX, ato cuja admiração ficou expressa por Freitas (1999) nas páginas iniciais do catálogo do acervo documental. Tal ato se perpetua até este momento, guardando e revelando, nos termos do documento e monumento, do testemunho e narrativa, enfim, do material e do imaterial, a naturalidade sergipana e laranjeirense de João Ribeiro. Foi com o peso dessa herança ainda transmitida que presenciamos a cerimônia, carregada de extrema relevância simbólica, de entrega da reforma para manutenção do espaço em 19 de outubro de 2021, conduzida pela presidente da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe (FUNCAP), a professora Maria Conceição Vieira Santos, uma mulher negra e educadora devolvendo para a sociedade sergipana e brasileira a casa de infância de um também professor marcado pelo sucesso editorial nacional a partir de 1900, além de germanista e abolicionista.



Não caberia a este livro resolver a dualidade inerente ao pensamento de João Ribeiro ao recepcionar uma “ciência” de maneira adaptada às condições nacionais dos fins do século XIX quando afirmou a indolência do elemento branco brasileiro sem escapar da tese da suposta inferioridade de indígenas e negros. Em uma época conturbada no Brasil, política em cientificamente falando, esse pensamento fez movimentos de idas e vindas, entre jacobinismo e republicanismo, seguido de retorno e saudosismo da monarquia e do reinado de Pedro II. Se, para João Ribeiro, a África seria um barbarismo, o Brasil após o abolicionismo seria o lugar de reabilitação, paz e liberdade para toda a população do povo brasileiro que para ele se formava.

Tal complexidade, atestada no pensamento nacional típico da época, atravessou os anos junto com a materialidade e imaterialidade dos objetos da Casa, aqui catalogados como suporte de informação da biografia do patrono. Diante do que desenvolvemos nestas páginas, podemos anunciar que a Casa de Cultura João Ribeiro é lugar propício à elaboração e realização de um Museu-Casa, definindo-se rotinas e atividades técnicas em seguida à atualização da documentação museológica. Por tudo o que trouxemos, há muito o espaço não exerce mais função de casa, como fora no século XIX. Todavia, sua fachada, colunas e cômodos que atravessam o tempo, o espaço tal como está, aberto e mantido pelo poder público estadual, a todos recepcionando, demonstra qual o projeto e objetivo que mais se firmou desde sua definição estatutária ocorrida na década de 1970.

Assim, estamos argumentando sobre a atualização do conceito de Mini-museu (objetivo “a”), para o conceito integrado de Museu-Casa. Esse tema, ainda local ao patrimônio sergipano, foi abordado no “III Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas: espaço, memória e representação” entre os dias 10 e 13 de agosto de 2010 na fundação Casa de Rui Barbosa, situada Rio de Janeiro, evento que já a apresentou um conceito consolidado de Museus-Casas distribuído por todo o território nacional e lusitano. Um Museu-Casa, com plano museo-

lógico, projeto expográfico e documentação museológica definida e atualizada, tem capacidade de explorar o projeto nacional, no qual João Ribeiro estava inserido nos séculos XIX e XX, não exatamente como atualmente faz a Casa de Rui Barbosa no bairro botafogo no Rio de Janeiro, mas se valendo das experiências desses e de outros lugares para poder contar sua própria história.

Quando, no começo do século XX, o sucesso editorial fez de João Ribeiro um nome nacional, ele já estava totalmente envolvido e comprometido com os temas que movimentaram a transição do segundo reinado para a república, de modo tal que sua trajetória e pensamento explicam em parte a maneira como estamos organizados. A superação dos estudos críticos de Múcio Leão, a integração deste lugar às heranças do sítio urbano da cidade, a jeito como o pensamento de João Ribeiro explicou a formação nacional e, por extensão, de Sergipe e Laranjeiras, os erros e acertos com o abolicionismo e a república, as intrigas e desafetos granjeados em Sergipe ou no Rio de Janeiro por não se ter esquecido a origem de “plebeísmo social” ainda que não radical, um pouco nos conta sobre como Sergipe e os sergipanos tendem a integrarem-se ao Brasil.

A Casa de Cultura João Ribeiro está situada na antiga Rua do Cangaleixo, sede de Laranjeiras, Sergipe, parede colada ao fundo do prédio do antigo Casarão do Oitão da Praça da República, onde hoje funciona a biblioteca do Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A totalidade do espaço alcança a Rua Pereira Lobo, exatamente em frente à lateral do antigo trapiche Santo Antônio, hoje área de vivência do Campus Laranjeiras margeando o rio Cotinguiba. Neste espaço, um “Museu-Casa de João Ribeiro” participante da rede de Museus-Casas do século XIX no Brasil, pode narrar a vida do segundo filho de um guarda-livros de modestas poses para as oligarquias da vizinhança, além de órfão muito precocemente que, amparado pelo avô, Joaquim, voltou-se para os estudos, desde as “primeiras letras” em Laranjeiras, passando pelo Atheneu Sergipense, em Aracaju, até a docência no Colégio Pedro II e as “ciên-

cias jurídicas” no Rio de Janeiro. Uma maneira eficaz de cumprir a finalidade de difundir a cultura de Laranjeiras é apresentá-la neste Museu-Casa tal com ela é, uma experiência cidadina de sociedade nacional com todas as transições e contradições dos fins do século XIX.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Cristina de Almeida Valença C. e MELLO, Janaina Cardoso de. *A Casa de Cultura João Ribeiro*. Jornal CÍFORM, Caderno Cultura, Coluna Saber Ciência, Aracaju, p. 2 - 2, 21 jun. 2010.

BAUDRILLARD, Jean. O sistema não funcional ou o discurso subjetivo. In: *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BRADLEY, Suzan M. Os objetos têm vida finita? In: MENDES, Marylka et al. *Conservação – Conceitos e práticas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Monumenta. *Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste*. Brasília: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

BRITTO, Clovis Carvalho. *Gramática expositiva das coisas: a poética alquímica dos museus-casas de Cora Coralina e Maria Bonita*. Salvador: EDUFBA, 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. Vol. 9. Portugal: ULHT, 1996.

CADERNO DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

CADERNOS DE DIRETRIZES MUSEOLÓGICAS 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *Informação, Ética e Museus: uma aproximação conceitual*. Revista de Ciências da Informação. Vol.6, n°. 2, abril de 2005.



CELESTINO, Tayara Barreto de Souza. A Casa de Cultura João Ribeiro como um agente formador de memória. In: *II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq, 2012, Aracaju*. II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq. Aracaju, 2012.

_____. A Narrativa Museológica da Casa de Cultura João Ribeiro. In: *II Congresso Internacional de Museologia, 2012, Maringá- Paraná*. II Congresso Internacional de Museologia. Maringá- Paraná: Universidade Estadual de Maringá - UEM, v. II, 2012.

_____. *Do Objeto ao Documento: o tratamento documental do acervo da Casa de Cultura João Ribeiro*. São Cristóvão, SE, 2014. Monografia de Graduação em Museologia (Departamento de Museologia). Universidade Federal de Sergipe, UFS.

_____. Memória e Comunicação na Casa de Cultura João Ribeiro. *Revista Museitec*, v. I, p. 6, 2012.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, Maria de Fátima. Os museus e a representação do conhecimento. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*. Salvador: Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2007.

CHAGAS, Mario. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Ibram/Garamond, 2009.

_____. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: *Revista em questão: comunicação e informação*. v. 13, n. 2, 2007.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: 2001.

COSSIO, Gustavo. CATTANI, Airton. Design de exposição e experiência estética no museu contemporâneo. In: *Anais do 2º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus: identidades e comunicação*. Rio de Janeiro: FAU/PROARQ, 2010.

COSTA, Marcos de Farias. *Bibliografia crítica sobre João Ribeiro: (1881-1997)*. Alagoas: Marcos F. Costa, 1998.

_____. *João Ribeiro bibliografia anotada e comentada*. São Paulo: Paulus Gráfica, 1998.

CURY, Marília Xavier. Musealização. In: *Exposição: montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O campo da atuação da museologia. In: *Exposição, concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

- FERREZ, Helenna Dodd. Documentação Museológica: Teoria para uma Boa Prática. In: *IV Fórum de Museus do nordeste*. Recife: 1991.
- FONTES, Arivaldo. *Sergipanos no Magistério Carioca*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe 1993-1999. Nº 32, Aracaju.
- FREITAS, Itamar. Erudição Histórica e Livro Didático de História na Primeira República: as iniciativas de Silvío Romero e João Ribeiro. In: CRUZ, Maria Helena Santana (Org.). *Pluralidade de Saberes e Território de Pesquisa em Educação sob múltiplos olhares dos Sujeitos Investigadores*. São Cristóvão: UFS, 2008.
- FREITAS, Itamar. *Historiografia Sergipana*. São Cristóvão: UFS, 2007.
- GUARANÁ, Armino. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: 1925.
- ICOM. *20ª Assembléia Geral do ICOM*. Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001. Disponível em <http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,220,-detalhe.aspx> acesso em 05 de novembro de 2011.
- INFONETCULTURA. *Casa da Cultura João Ribeiro é reaberta ao público*. Publicado em 19 de novembro de 2004. Disponível em: <<http://infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=29348&titulo=cultura>> acesso em 05 de novembro de 2011.
- LARA FILHO, Durval de. Museu, objeto e informação. In: *TransInformação*. Campinas, 21(2):163-169, maio/ago., 2009.
- LE GOFF, Jaques. Monumento/Documento. In: *História e memória*. 2 ed. Campinas/SP: Unicamp, 1992.
- LIMA, Justino Alves; CARVALHO, Maria Sônia S. Informação pública municipal: um caso de reengenharia. In: *Informação e Informação*. Londrina, v.3, n.1, p.25-32, jan./jun. 1998.
- LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. *Documento e musealização: entretecendo conceitos*. MÍDIAS [online], 1, 2013.
- LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno. Apontamentos sobre objetos técnicos como documentos. In: *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*. João Pessoa: Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2009.
- MADUREIRA, Mariana. O espaço da cultura na contemporaneidade: Museu Global X Museu Local. In: *2º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus - Identidades e Comunicação*. 16 a 19 de novembro de 2010.
- MARQUES, Núbia do Nascimento. *João Ribeiro Sempre*. Aracaju: UFS, 1993.
- MENSCH, Peter van. Museologia como o estudo dos objetos de museu. In: *O Objeto de estudo da Museologia*. Centro de Ciências Humanas. Escola de Museologia. Museu Universitário Gama Filho, 1994.

MOUTINHO, Mário Canova. A construção do objecto museológico. In: *Cadernos de Sociomuseologia*: Centro de Estudos de Sociomuseologia, n° 4, ULHT,1994.

NASCIMENTO, Rosana Andrade do. A Historicidade do Objecto Museológico. In: *Cadernos de SocioMuseologia*, n.º 03, Lisboa, 1994.

NUNES, Verônica M. Meneses. (Org.); NOGUEIRA, Adriana Dantas (Org.). *O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. 1. ed. São Cristóvão/SE: Editora Universitária da UFS, 2007.

NUNES, Verônica M. Meneses; FREITAS, Itamar; CRUZ, Gabriela Z. Queiroz. *Catálogo do Acervo Documental Museu da Casa de Cultura João Ribeiro*. São Cristóvão: UFS, 1999.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação* - v.11 n.2 abr., 2010.

PINHEIRO, Ana Paula e DUARTE, Rui Barreiros. Iconicidade, contexto e intervenções patrimoniais: qualidades comunicativas e expositivas dos Museus. In: *Anais do 2. Seminário Museografia e Arquitetura de Museus*, UFRJ, 2010.

PESSOA, Ana (Org.); RANGEL, Aparecida (Org.). *III Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas: espaço, memória e representação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

RIBEIRO, Joaquim. *9 mil dias com João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1934.

_____. *Rui Barbosa e João Ribeiro*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Traços biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João Viva a São João. In: *História (São Paulo)* [online], 2013. Disponível em < <https://doi.org/10.1590/S0101-90742013000100020> > acesso em 20/01/2014.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. João Ribeiro e a historiografia no Brasil. In: *Capítulos de história da historiografia sergipana*. São Cristóvão: Editora UFS/ Aracaju: IHGS, 2013.

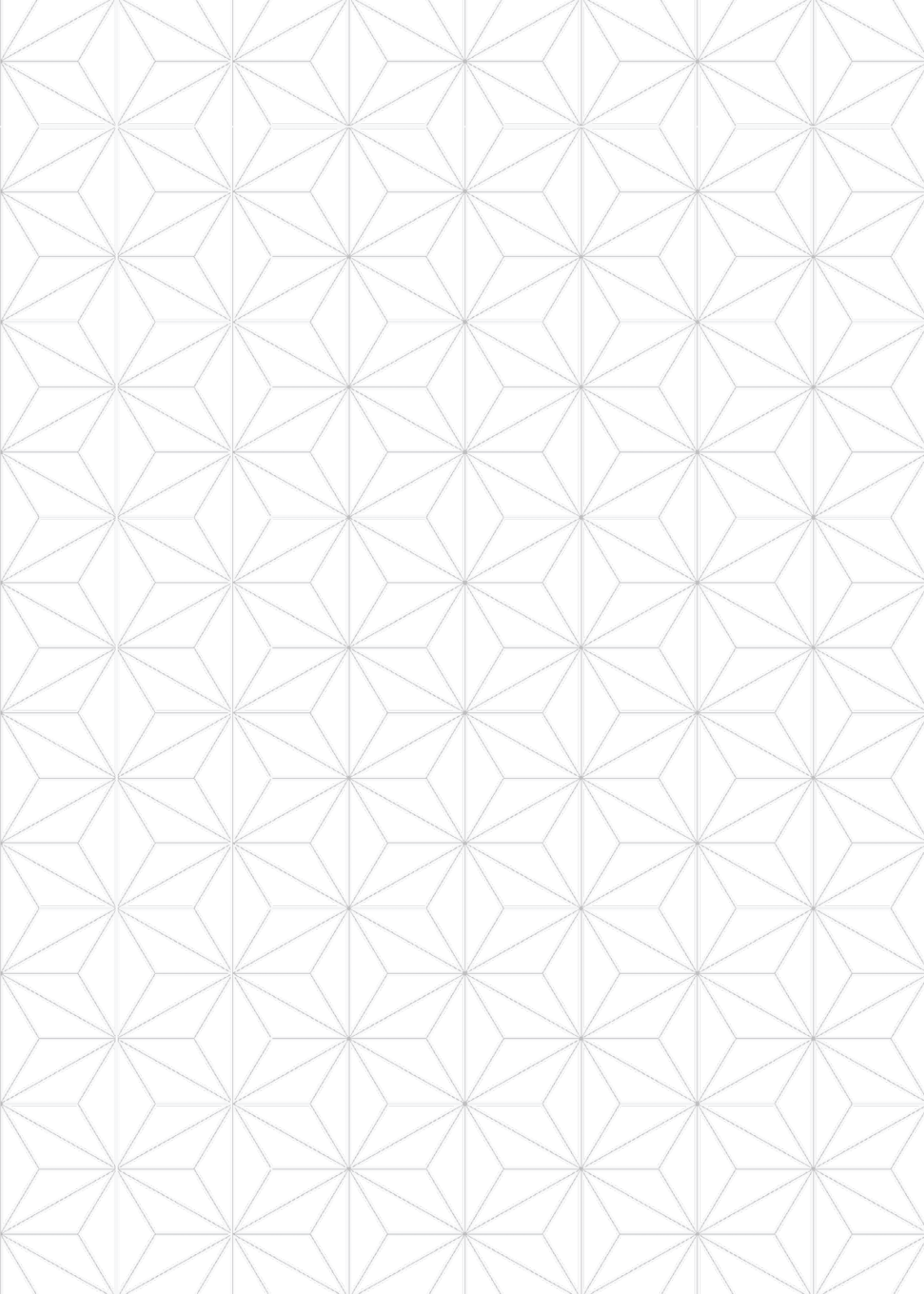
SANTOS, Fausto Henrique dos. *Metodologia Aplicada em Museus*. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SANTOS, Gilberto Francisco dos. *João Ribeiro: o mestre, o crítico, o pensador*. Publicado em 23/10/2009. Disponível em: <<http://www.cinform.com.br/blog/gilfrancisco/231020099351113776>> acesso em 05 de novembro de 2011.


SILVA, Roberto Candido da. *O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade*. São Paulo, SP, 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História Social). Universidade de São Paulo, USP.

The page features a central grey rectangular area with the word 'APÊNDICE' centered within it. On both the left and right sides, there are vertical decorative borders. These borders consist of a repeating geometric pattern of thin white lines on a white background. The pattern is a complex, symmetrical design of interlocking shapes, including triangles and polygons, that form a series of star-like or floral motifs. The overall aesthetic is clean and modern.


APÊNDICE




FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 310	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Diploma de sócio efetivo da “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”		
4. Assunto: Diploma	5. Autor: 6. Data/Local: 01 de maio de 1911 / Rio de Janeiro (BRA)	
7. Material/Técnica/Suporte: Moldura em Madeira no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	8. Dimensões (Altura x Largura): 53 x 46 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Diploma de membro da “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”, 01 de maio de 1911. O Documento encontra-se exposto, fazendo parte da exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro. Emoldurado em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 398	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Diploma de sócio efetivo da “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”		
4. Assunto: Diploma	5. Autor: 6. Data/Local: 27 de março de 1911 / Rio de Janeiro (BRA)	
7. Material/Técnica/Suporte: Moldura em madeira no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	8. Dimensões (Altura x Largura): 66 x 55 cm	
9. Procedência: Doação	0. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Diploma de membro da “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro”, 27 de março de 1911. O Documento faz parte da exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro. Emoldurado em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: <p style="text-align: center;">400</p>	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Diploma de sócio efetivo do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”		
4. Assunto: Diploma	5. Autor: 6. Data/Local: 11 de maio de 1914 / Rio de Janeiro (BRA)	
7. Material/Técnica/Suporte: Moldura em Madeira no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	8. Dimensões (Altura x Largura): 37 x 89 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom () Regular () Ruim (x)	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Diploma de sócio efetivo do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, 11 de maio de 1914. . O Documento encontra-se na reserva técnica. Seu estado de conservação é ruim com manchas amarelas por umidade e marcas de fitas adesivas. Emoldurado em madeira nas cores marrom, branca e dourada. Moldura quebrada.	
16. Exposições:	Reserva Técnica	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 401	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Diploma de membro efetivo da Academia Brasileira de Letras		
4. Assunto: Diploma	5. Autor: 6. Data/Local: 15 de fevereiro de 1918 / Rio de Janeiro (BRA)	
7. Material/Técnica/Suporte: Moldura em madeira no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	8. Dimensões (Altura x Largura): 68 x 75 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Diploma de membro efetivo de João Ribeiro, da Academia Brasileira de Letras do Rio de Janeiro em 15 de Fevereiro de 1918. O Documento faz parte da exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro. Possui a assinatura de João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 402	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Diploma de sócio da "Academia Scientiarum Olisiponensis"		
4. Assunto: Diploma	5. Autor: 6. Data/Local: 14 de Abril de 1921 / Corvallis (EUA)	
7. Material/Técnica/Suporte: Moldura em Madeira no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	8. Dimensões (Altura x Largura): 43 x 56 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Diploma de membro da "Academia Scientiarum Olisiponensis", 14 de Abril de 1921. O Documento faz parte da exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro. Emoldurado em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 403	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Diploma de membro Correspondente da “The Hispanic Society of América”		
4. Assunto: Diploma	5. Autor: 6. Data/Local: 30 de Novembro de 1929 / New York (EUA)	
7. Material/Técnica/Suporte: Moldura em Madeira no formato de porta-retrato, com vidro protegendo a imagem a ser exibida.	8. Dimensões (Altura x Largura): 54 x 69 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom () Regular () Ruim (x)	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Diploma de membro correspondente da “The Hispanic Society of América”, de 30 de Novembro de 1929. O Documento encontra-se na reserva técnica. Possui a assinatura do Presidente e do Secretário da sociedade. Seu estado de conservação é ruim com dobras por umidade. Não possui assinatura de João Ribeiro. Emoldurado em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
16. Exposições:	Reserva Técnica	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 0041	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro.		
4. Assunto: Numismática	5. Autor:	
		6. Data/Local: 1860/1960/ Laranjeiras
7. Material/Técnica/Suporte: Em Bronze	8. Dimensões (Altura x Largura): 4 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo Em vitrina de madeira e base de ferro.	
11. Aquisição: Doado pela família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro por Múcio Leão. Exposta, fazendo parte da coleção numismática, com condecorações conferidas a João Ribeiro	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 0042	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe.		
4. Assunto: Numismática	5. Autor:	
		6. Data/Local: 1932 / Laranjeiras (BRA)
7. Material/Técnica/Suporte: Em Prata	8. Dimensões (Altura x Largura): 6 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo Em vitrina de madeira e base de ferro.	
11. Aquisição: Doado pela família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Medalha oferecida pelo governo Alemão a João Ribeiro pelo centenário de Goethe. Exposta, fazendo parte da coleção numismática, com condecorações conferidas a João Ribeiro	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 0043	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Medalha de participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro.		
4. Assunto: Numismática	5. Autor:	
		6. Data/Local: 1922 / Rio de Janeiro (BRA)
7. Material/Técnica/Suporte: Em Bronze	8. Dimensões (Altura x Largura): 6 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo Em vitrina de madeira e base de ferro.	
11. Aquisição: Doado pela família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto	
15. Descrição:	Medalha de João Ribeiro pela participação no Congresso de Americanistas do Rio de Janeiro. Exposta, fazendo parte da coleção numismática, com condecorações conferidas a João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 0044	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro.		
4. Assunto: Numismática	5. Autor:	
7. Material/Técnica/Suporte: Em Bronze		6. Data/Local: 1860/1960/ Laranjeiras (BRA)
9. Procedência: Doação		8. Dimensões (Altura x Largura): 3 cm
11. Aquisição: Doado pela família		10. Moldura/Base/Estojo Em vitrina de madeira e base de ferro.
13. Estado de Conservação:		12. Documentos Existentes: Livro de Tombo
14. Restauração:		Bom (x) Regular () Ruim ()
15. Descrição:		Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.
16. Exposições:		Medalha comemorativa do centenário de nascimento de João Ribeiro. Exposta, fazendo parte da coleção numismática, com condecorações conferidas a João Ribeiro
17. Número da fotografia:		Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.
19. Responsável:		18. Data da fotografia: 22/10/2013
		Tayara Barreto de Souza Celestino


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: <p style="text-align: center;">001</p>	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Perfil de Mulher		
4. Assunto: Pinturas	5. Autor: João Ribeiro (atribuído)	
7. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre tela.		6. Data/Local: 8. Dimensões (Altura x Largura): 69 x 61 cm
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Pintura com autoria atribuída a João Ribeiro, segundo livro de tomo. Exposta junto à coleção de quadros atribuídos a João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 002	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Recanto da Casa		
4. Assunto: Pinturas	5. Autor: João Ribeiro (atribuído)	
		6. Data/Local:
7. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre madeira.	8. Dimensões (Altura x Largura): 36 x 45 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Pintura com autoria atribuída a João Ribeiro, segundo livro de tomo. Exposta junto à coleção de quadros atribuídos a João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 003	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Paisagem III		
4. Assunto: Pinturas	5. Autor: João Ribeiro (atribuído)	
		6. Data/Local:
7. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre madeira.	8. Dimensões (Altura x Largura): 43 x 53 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Pintura com autoria atribuída a João Ribeiro, segundo livro de tomo. Exposta junto à coleção de quadros atribuídos a João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	


FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 004	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Paisagem II		
4. Assunto: Pinturas	5. Autor: João Ribeiro (atribuído)	
		6. Data/Local:
7. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre madeira.	8. Dimensões (Altura x Largura): 38x43 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Pintura com autoria atribuída a João Ribeiro segundo o livro de tomo. Exposta junto à coleção de quadros atribuídos a João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 005	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Paisagem I		
4. Assunto: Pinturas	5. Autor: João Ribeiro (atribuído)	
		6. Data/Local:
7. Material/Técnica/Suporte: Óleo sobre tela.	8. Dimensões (Altura x Largura): 44 x 48 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo: Emoldurado, com material em madeira nas cores marrom, branca e dourada.	
11. Aquisição: Doado pela Família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Pintura com autoria atribuída a João Ribeiro, segundo livro de tomo. Exposta junto à coleção de quadros atribuídos a João Ribeiro.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

FICHA DE INVENTÁRIO

1. Número de inscrição: 0042	2. Imagem do Documento:	
3. Nome do Objeto: Relógio Omega que pertenceu a João Ribeiro		
4. Assunto: Maquinaria e Tecnologia	5. Autor:	
		6. Data/Local:
7. Material/Técnica/Suporte: Em Ouro	8. Dimensões (Altura x Largura): 5 cm	
9. Procedência: Doação	10. Moldura/Base/Estojo Em vitrina de madeira e base de ferro.	
11. Aquisição: Doador pela família	12. Documentos Existentes: Livro de Tombo	
13. Estado de Conservação:	Bom (x) Regular () Ruim ()	
14. Restauração:	Não foram encontradas informações a respeito de restauração do objeto.	
15. Descrição:	Relógio Omega que pertenceu a João Ribeiro. Exposto.	
16. Exposições:	Exposição de Longa duração da Casa de Cultura João Ribeiro.	
17. Número da fotografia:	18. Data da fotografia: 22/10/2013	
19. Responsável:	Tayara Barreto de Souza Celestino	

ISBN 978-856010244-0



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

